

## **Revolução Verde em Moçambique: Será Possível, Provável ou Viável no Contexto das Estratégias Actualmente Dominantes<sup>1</sup>?**

António Alberto da Silva Francisco<sup>2</sup>

|                                                                                          |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução .....</b>                                                               | <b>2</b>  |
| 1.1. Contexto da pesquisa em que se insere este artigo .....                             | 3         |
| 1.2. Problemática e questões relevantes para debate .....                                | 4         |
| <b>2. Mil e Uma Razões Justificam uma Revolução Verde em Moçambique .....</b>            | <b>6</b>  |
| 2.1. Oito razões para uma revolução verde em Moçambique .....                            | 6         |
| <b>3. RVM é Necessária, mas será Possível e Provável no Futuro Imediato? .....</b>       | <b>17</b> |
| 3.1. Que tipo de revolução? .....                                                        | 17        |
| 3.2. ... e justifica-se falar de estratégia? .....                                       | 18        |
| <b>4. Em que Cenários poderá a RVM ser Possível, Viável e Sustentável? .....</b>         | <b>19</b> |
| 4.1. Modelo de enquadramento: matriz de alternativas de crescimento .....                | 19        |
| 4.2. Características dos Cenários de Viabilidade ou Inviabilidade da RVM .....           | 21        |
| <b>5. Considerações Gerais e Finais .....</b>                                            | <b>27</b> |
| 5.1. Considerações sobre a viabilidade ou inviabilidade da RVM .....                     | 27        |
| 5.2. Estamos aqui porque duas famílias ricas ofereceram 150 milhões de US dólares? ..... | 28        |
| <b>6. Referências Bibliográficas .....</b>                                               | <b>29</b> |

---

<sup>1</sup> Artigo para “Conferência sobre o Desenvolvimento Agrário: Estratégia de Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde - Oportunidades para o *Empowerment* das Comunidades Rurais em Moçambique”, Maputo 17-18 de Agosto 2007, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidades.

<sup>2</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e Director de Investigação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, [antonio.francisco@iese.ac.mz](mailto:antonio.francisco@iese.ac.mz).

## 1. Introdução

Este artigo contém duas mensagens principais. A primeira é que Moçambique precisa de uma revolução verde, se por revolução verde (RV) se entender a transformação profunda e progressiva das instituições e tecnologias nas zonas rurais, capaz de contribuir para a crescente integração da economia rural na economia nacional. Mil e umas razões justificariam uma revolução verde moçambicana (RVM); oito das principais razões são enunciadas na secção 2 deste artigo.

A segunda mensagem do artigo é que a possibilidade e viabilidade de uma RVM podem ser melhor ajuizadas e debatidas, considerando alguns dos cenários de desenvolvimento susceptíveis de vingar nas próximas décadas. A qualidade e sucesso de uma RVM não são pré-determinados, nem tão pouco inevitáveis. A prova disso é que, nos anos seguintes à independência nacional em 1975, Moçambique optou por um rumo também apelidado de revolucionário, mas avesso ou mesmo contrário (política, económica e tecnologicamente), à primeira revolução verde; a revolução tecnológica que beneficiou vários países latino-americanos e asiáticos, nas décadas de 60 e 70. Países como México, Índia, Paquistão e Filipinas aumentaram significativamente a produção de cereais e auto-suficiência alimentar nacional (Daño, 2007; Ross, 1998: 137-162; Todaro, 2000: 393-394; Wikipedia, 2007).<sup>3</sup>

Os recentes pronunciamentos da liderança política e governamental, em defesa de uma revolução verde em Moçambique, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O facto do Presidente Armando Guebuza assumir a liderança em prol da RVM, proporciona um ambiente favorável ao seu reconhecimento político interno. Mas isto, por si só, poderá não ser suficiente para impedir que esta iniciativa se converta, como tantas outras, num entusiasmo passageiro; um projecto feito refém da máquina de burocratas, voluntariosos e bem-intencionados.

Se bem que o futuro seja imprevisível e falível, não significa que não possa ser antecipado, em muitos casos com satisfatória exactidão. Pensar no futuro não é perda de tempo. Pelo contrário, pensar no futuro é a melhor maneira de antecipar o leque de oportunidades, ameaças e desafios existentes, aumentando as chances de sobrevivência (Francos, 2007). Nesta perspectiva, quatro cenários de desenvolvimento possíveis são identificados na quarta secção do artigo.

Os quatro cenários considerados não são produto da imaginação do autor do artigo. Eles resgatam os cenários amplamente debatidos, há alguns anos atrás, no âmbito da elaboração da Agenda 2025. O cenário de desenvolvimento que se tornará dominante, dependerá menos do passado remoto, do que do passado recente e futuro imediato.

A partir dos quatro cenários possíveis, pode-se concluir que o sucesso ou insucesso do desenvolvimento de Moçambique, nas próximas duas ou três décadas, irá girar em torno do crescimento económico a dois níveis: a) O ritmo das taxas de crescimento; b) A natureza e direcção da estrutura do crescimento económico. Neste contexto, a possibilidade da RVM se

---

<sup>3</sup> Isto não significa que a fome tenha sido erradicada em tais países, mas as causas são de ordem institucional e não falta de alimentos ou fraca capacidade de produção para satisfazer as necessidades nacionais.

tornar realista e efectiva, dependerá do rumo (cenário) que prevalecer. Os cenários serão afluídos de forma resumida, sem entrar em detalhes sobre a sua estrutura, construção, pressupostos e elementos constituintes. O objectivo é equacionar e fornecer enquadramento geral para a questão enunciada no título.

Se as condições institucionais actuais não mudarem substancialmente nos próximos anos, o Cenário 1 (estratégia de crescimento assente na ajuda externa e parceria do Governo e doadores) continuará a dominar a economia formal. Neste cenário, a RVM será redundante, porque servirá apenas para “o povo ver” e garantir que o doador continue a subsidiar o sector público.

Uma hipótese mais dramática é equacionada no Cenário 2 – corresponde ao “Cenário do Caranguejo” na Agenda 2025. Se este cenário vier a acontecer, a RVM tornar-se-á totalmente improvável e impraticável. Moçambique ficaria mergulhado em crises cíclicas, retorno ao totalitarismo ou ausência generalizada de autoridade, exclusão social, novos conflitos armados, ou outra guerra civil.

Nos dois restantes cenários, a RVM tem possibilidade de vingar e tornar-se realidade. O Cenário 3 admite a hipótese de uma RV com impacto parcial, maior ou menor, dependendo dos seus efeitos de exclusão social. O Cenário 4 apresenta a alternativa mais promissora, com uma transformação ampla e inclusiva das instituições e da tecnologia, cujos benefícios serão apropriados directamente pelas zonas rurais. Este cenário, o mais desejável, é também o mais difícil de concretizar, por causa da dimensão das transformações que exigirá. Dificilmente concretizar-se-á, se os valores políticos e morais que dominam actualmente as estratégias mais influentes, não forem revistos, transmitindo confiança e esperança aos cidadãos moçambicanos.

### **1.1. Contexto da pesquisa em que se insere este artigo**

Em resposta ao convite que me foi endereçado, talvez seja útil referir em poucas palavras, o contexto da pesquisa deste artigo. Parte da investigação usada aqui, para enquadrar a questão da possibilidade e viabilidade de uma RVM, remonta a trabalhos anteriores, nomeadamente: projecções e cenarizações sobre a economia de Moçambique, ou partes dela, como: os chamados “corredores de desenvolvimento”; economia do Vale do Limpopo e do Vale do Zambeze; os cenários prospectivos considerados no âmbito da definição da estratégia de desenvolvimento rural (EDR) (MPD, 2006).<sup>4</sup>

Desde que a aposta na economia socialista e socialização do campo foi abandonada pelo Governo de Moçambique, há 20 anos atrás, a economia nacional deixou de ser subjugada e moldada pelo um modelo económico de inspiração marxista-leninista. Desde então, a ideia segundo a qual, Moçambique está a desenvolver uma economia de mercado, tornou-se comum, mas esconde mais do que esclarece sobre a natureza e as características da matriz, ou melhor, das matrizes económicas principais e concorrentes na actual economia nacional.

---

<sup>4</sup> Um mês depois desta Conferência da FDC, o Conselho de Ministros do Governo de Moçambique, em sessão de 11 de Setembro de 2007, aprovou a Estratégia de Desenvolvimento Rural (MPD, 2007).

Não sendo este o lugar apropriado para debater a natureza do mercado, no Moçambique de hoje, convém sublinhar um dos seus elementos de enquadramento geral.<sup>5</sup> Em vez de um padrão de acumulação, principal e dominante, a economia moçambicana agrega actualmente diversos padrões de reprodução económica e sociopolítica, num mosaico híbrido e impreciso. A dinâmica da economia moçambicana oscila, entre uma economia mercantilista crescentemente informalizada, alguns enclaves económicos capitalistas, com dificuldades de competir a crescente economia subterrânea ou oculta, uma extensiva economia de subsistência precária, e uma economia de ajuda internacional substancial, que garante a reprodução e estabilidade do sector público (Abrahamsson e Nilsson, 1994; Castel-Branco, 1996; CEC, 2003; Francisco, 2003; Francisco e Paulo, 2006; Guebuza, 2004a; Newitt, 1995; Osman, 2003; Mosca, 2005; Hamela, 2003; Negrão, 2001, 2002; Serra, 1993; Wuyts, 1981, 2001).

## 1.2. Problemática e questões relevantes para debate

A revolução verde é aparentemente um assunto novo para Moçambique. Num passado não muito distante, Moçambique viveu uma experiência directamente relacionada com o conteúdo de uma revolução verde: a questão da transformação radical da apropriação fundiária e das relações sociais de produção; destruição das formas de acumulação capitalista e conjugação dos interesses diversos, dos actores económicos em competição pela sua sobrevivência e afirmação na sociedade moçambicana.

Processos tão complexos e controversos, como foram as sucessivas transformações que Moçambique viveu, no último meio século, dificilmente poderão gerar consensos quanto à estratégia de desenvolvimento nacional e rural. No lugar do debate franco e aberto, o espaço público continua a ser geralmente ocupado pelo vazio e fraqueza de debate; de vez em quando é preenchido pelo velho slogan da Constituição de 1975: agricultura como base e indústria o seu factor dinamizador e decisivo.

Não admira que a referência à palavra “revolução” continue a provocar múltiplos e contraditórios sentimentos. Depende de como cada um viveu a experiência da revolução socialista: foi como protagonista ou oponente?... Como vítima, beneficiário, simpatizante ou simples observador?

A estratégia de socialização das zonas rurais, implementada na primeira década da independência, gerou danos e prejuízos (não só nos ex-colonos, como também na maioria dos ex-colonizados), apenas compensados pelos proveitos e benefícios, acumulados principalmente pela minoria (recém-urbanizada) de protagonistas e promotores da revolução socialista (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 45; Newitt, 1995).<sup>6</sup>

A ideia que o continente africano e Moçambique em particular, não aderiram à 1ª revolução verde, por falta de oportunidade ou de apoio financeiro externo, é enganadora e em nada ajuda a perceber a resistência a uma revolução verde, intimamente integrada no sistema capitalista

<sup>5</sup> Na conferência inaugural do novo instituto de investigação, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), realizada em 19 de Setembro próximo, novos detalhes sobre os cenários discutidos neste artigo foram partilhados ([http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Francisco,Antonio\\_Projeccoes.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Francisco,Antonio_Projeccoes.pdf)).

<sup>6</sup> “Quase logo a seguir à independência criou-se uma retórica política pública, em que as visões eram descritas como se já estivessem realizadas” (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 45).

internacional. Moçambique independente não aderiu à 1ª revolução verde, porque começou por apostar na transformação do País numa “zona libertada” do sistema capitalista mundial. A prioridade política centrou-se na mudança radical das relações de apropriação fundiária, na substituição da produção capitalista e pré-capitalista, por formas de produção colectivistas e estatais. Não se tratou de uma oportunidade perdida, involuntária ou accidental. Tratou-se de uma opção explícita por uma via que, na perspectiva da revolução verde, representou uma verdadeira contra ou anti-revolução (Daño, 2007; Moyo and Yeros, 2006; Holt-Gimenez et al., 2006; Moyo and Yeros, 2006; Ross, 1998: 137-162; Rahman, 2004: 41-60; Todaro, 2000: 393-394).<sup>7</sup>

Isto explica, pelo menos em parte, que o simples facto da nova revolução verde ser apoiada por fundações filantrópicas internacionais, como a Rockefeller e a Bill & Melinda Gates, tenha provocado reacções críticas imediatas, como a do Food First (Holt-Gimenez et al., 2006). Não obstante as suas motivações e alternativas questionáveis, algumas das reacções críticas têm fundamento e razão de ser; devem-se ao facto dos promotores da revolução verde se refugiarem numa aparente neutralidade técnica das transformações em causa; na ideia enganadora que os problemas de produção e produtividade encontrem solução principal na técnica, através da introdução de sementes melhoradas, novas práticas e técnicas agrícolas modernas.

Não há dúvida que a tecnologia desempenha um papel crucial na transformação revolucionária do campo e da sociedade em geral. Sementes melhoradas, fertilizantes, práticas de irrigação e técnicas modernas, podem ser úteis e beneficiar a generalidade dos produtores, independentemente do seu tamanho e modelo de gestão e produção. Mas a ideia de neutralidade torna-se enganadora, quando se ignora que as instituições sociais e as políticas económicas governamentais, implementadas conjuntamente com novas tecnologias, não são neutras ou secundários para economia rural. Como argumentou Garrett Hardin (1968), no famoso ensaio intitulado “Tragédia dos Comuns”, existem problemas (demográficos, de gestão de recursos naturais e do ambiente, entre outros), que não podem ser solucionados por meios técnicos; tais problemas exigem mudança nos valores políticos, morais e institucionais (Hardin, 1968; Todaro, 2002: 393).

Em Moçambique, à semelhança de outras partes do mundo que viveram processos revolucionários contraditórios entre si, as reacções provocadas pela RV variam conforme os pressupostos e expectativas das pessoas, quanto às transformações rurais preconizadas. Os traumas e as frustrações de uns, ou os proveitos e sucessos de outros, provocados pela anterior revolução socialista, deverão continuar a influenciar, para bem ou para mal, as percepções e posições sobre o formato, objectivos e métodos de uma RVM.

Questões como as seguintes necessitarão de resposta e debate franco, profundo e aberto: se a anterior tentativa de socialização do campo em Moçambique e a chamada nova revolução verde merecem o epíteto de revolução, o que as distingue, de facto? Apenas a cor? Apenas o facto de a anterior ter sido considerada vermelha ou mesmo sangrenta, enquanto que a nova se espera que seja verde e pacífica? O que está por de trás da cor?

---

<sup>7</sup> Processo idêntico aconteceu mais recentemente no Zimbabwe, país onde a reforma agrária se transformou numa revolução perversa e regressiva; uma autêntica contra revolução verde, que tem convertido um dos principais “celeiros de África” num candidato a pedinte e dependente da esmola internacional.

Se a distinção entre as duas revoluções fosse simplesmente o facto de a vermelha ser sangrenta e a verde ser pacífica, já não seria mau; mas de momento nem isso poderá ser garantido. O grande desafio continuará a ser: como converter a actual agricultura moribunda, num sector produtivo dinâmico, eficaz, competitivo e socialmente progressivo?

## **2. Mil e Uma Razões Justificam uma Revolução Verde em Moçambique**

Tentar reunir mil e uma razões para justificar uma revolução verde seria gratuito. Mas se as razões são muitas e variadas, a expressão “mil e uma razões” visa sublinhar precisamente esse aspecto, bastando então nomear algumas das principais razões.

Como se poderá depreender das oito razões expostas de seguida, todas elas poderiam ser desmultiplicadas em vários motivos e aspectos mais detalhados e específicos. Além disso, ficará evidente que a questão da revolução verde, ultrapassa a mera transformação tecnológica e que os problemas da economia rural e da agricultura em particular, não podem ser solucionados por meios meramente técnicos.

As oito razões apresentadas a seguir, foram seleccionadas pensando no ditado popular, “contra facto não há argumentos”. Não no sentido de que os dados e informações apresentados como factos, não possam suscitar interpretações diferentes das aqui expostas. Certamente que sim; mas independentemente das leituras e interpretações que os dados suscitem, ajudará o debate se cada uma das razões seleccionadas assentar em factos específicos da estrutura e dinâmica demográfica, social, económica, tecnológica, política e cultural de Moçambique. Desta forma, procura-se antecipar e separar, na medida do possível, a controversa sobre a possibilidade e viabilidade de uma RVM, da parte menos controversa do debate: os factos e fundamentos que sustentam a necessidade de uma transformação profunda e radical da economia e das condições de vida, nas zonas rurais de Moçambique.

### **2.1. Oito razões para uma revolução verde em Moçambique**

#### **1ª Crescimento demográfico economicamente insustentável**

Os dados e tendências demográficas da população de Moçambique, mostram que nas próximas duas décadas, cerca de 9 milhões de pessoas serão adicionadas aos 21 milhões existentes actualmente. Por volta de 2025 Moçambique terá cerca de 29 milhões de habitantes (Tabela 1).

A população moçambicana faz parte do grupo de populações no mundo, que mal iniciaram a transição demográfica, de um equilíbrio assente em taxas de mortalidade e fecundidade elevadas, para um novo equilíbrio assente em taxas baixas. A transição demográfica moçambicana poderá ter iniciado na zona Sul do País (Arnaldo, 2003). Mas só uma análise detalhada dos dados do Censo de 2007, permitirá saber sobre a situação recente e perspectivas dessa mesma transição.

Em princípio, uma revolução verde efectiva e bem sucedida contribuiria para que o crescimento demográfico da população moçambicana se tornasse progressivamente social e economicamente sustentável.

Se bem que a grave crise económica, registada na primeira década da independência, tenha sido revertida, após a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, grande parte da recuperação tem apenas compensado de forma parcial (Figura 1), os efeitos desastrosos do retrocesso económico, nos primeiros dez anos de independência (Abrahamsson e Nilsson, 1994; Francisco, 2002, 2003; Newitt, 1995; Sulemane, 2002).

| Tabela 1: Superfície Total; Projecção da População e da Densidade Populacional por Regiões e Províncias, Moçambique, 2005 e 2025 |                     |     |                                     |     |                                     |                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----|-------------------------------------|-----|-------------------------------------|---------------------|
| Região/<br>Província                                                                                                             | Superfície<br>(Km2) |     | População<br>2005<br>(1000<br>hab.) |     | População<br>2025<br>(1000<br>hab.) | Densidade<br>Popul. |
|                                                                                                                                  |                     | (%) |                                     | (%) |                                     | (%)                 |
| Total                                                                                                                            | 799,380             |     | 19,420                              |     | 28,542                              | 36                  |
| Rural                                                                                                                            |                     |     | 12,050                              | 62% | 12,427                              | 44%                 |
| Urbana                                                                                                                           |                     |     | 7,370                               | 38% | 16,115                              | 56%                 |
| Norte                                                                                                                            | 293,292             | 37% | 6,293                               | 32% | 9,345                               | 33%                 |
| Niassa                                                                                                                           | 129,061             |     | 999                                 |     | 1,526                               | 12                  |
| Cabo Delgado                                                                                                                     | 82,625              |     | 1,617                               |     | 2,289                               | 28                  |
| Nampula                                                                                                                          | 81,606              |     | 3,676                               |     | 5,530                               | 68                  |
| Centro                                                                                                                           | 335,406             | 42% | 8,180                               | 42% | 12,084                              | 42%                 |
| Zambézia                                                                                                                         | 105,008             |     | 3,710                               |     | 5,376                               | 51                  |
| Tete                                                                                                                             | 100,724             |     | 1,512                               |     | 2,284                               | 23                  |
| Manica                                                                                                                           | 61,656              |     | 1,320                               |     | 2,036                               | 33                  |
| Sofala                                                                                                                           | 68,018              |     | 1,638                               |     | 2,388                               | 35                  |
| Sul                                                                                                                              | 170,682             | 21% | 4,948                               | 25% | 7,113                               | 25%                 |
| Inhambane                                                                                                                        | 68,615              |     | 1,381                               |     | 1,998                               | 29                  |
| Gaza                                                                                                                             | 75,709              |     | 1,305                               |     | 1,879                               | 25                  |
| Maputo Prov.                                                                                                                     | 26,058              |     | 1,045                               |     | 1,510                               | 58                  |
| Maputo Cid.                                                                                                                      | 300                 |     | 1,217                               |     | 1,726                               | 5,754               |

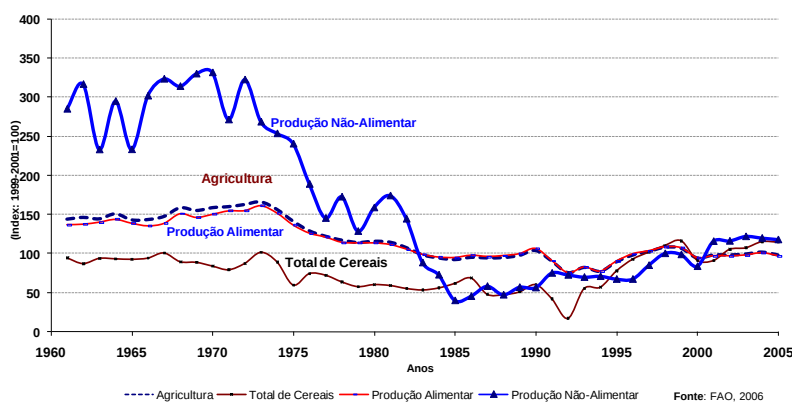
Nota: Projecção entre 2015 e 2025 com base na taxa de crescimento de UN, 2006

Fonte: INE, 2004; UN, 2006: <http://esa.un.org/unpp>

Nota: Projecção entre 2015 e 2025 com base na taxa de crescimento de UN, 2006

Fonte: INE, 2004; UN, 2006: <http://esa.un.org/unpp>

Figura 1: Evolução dos Índices de Produção Agrícola Moçambique 1960-2005



pela aquisição de rendimentos para compra de excedentes de outros países. Por desenvolvimento, entende-se, progressos sobretudo na esperança de vida da população, redução da fecundidade e da mortalidade, melhoria nutricional, oportunidade de acesso à educação e serviços de saúde de qualidade. (Conley et al., 2007; Livì-Bacci, 1992; Raham, 2004; Toffler e Toffler, 2006).

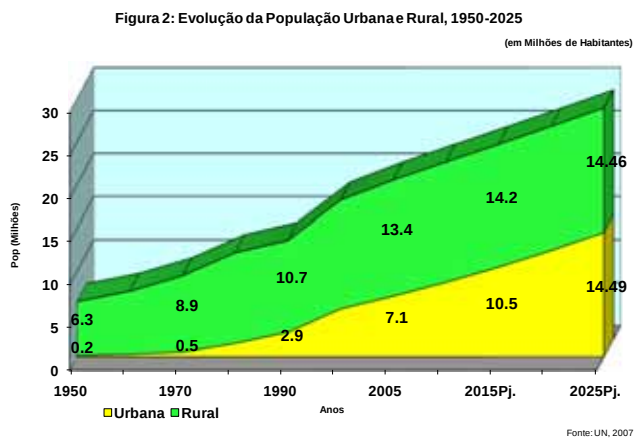
## 2ª Êxodo como opção para fugir do ciclo vicioso da pobreza no campo

O crescimento populacional ainda se concentra no espaço rural, o qual representa mais de 95% dos quase 800 mil km<sup>2</sup> de território nacional (terra firme e águas interiores). Há várias décadas que este panorama tem vindo a alterar progressivamente. As taxas positivas de crescimento urbano são e continuarão elevadas, enquanto que o crescimento rural tende a diminuir, podendo num curto espaço de tempo atingir taxas negativas.

Por ocasião da Independência em 1975, a população urbana moçambicana representava menos de 10% da população total. A Figura 2 ilustra a trajectória de urbanização em Moçambique, no

Este não é o momento adequado para explorar a ligação entre a transição demográfica, produção agrícola e revolução verde efectiva. Mas é oportuno recordar, a partir da experiência histórica mundial, que nenhuma população conseguiu desenvolver-se, sem ser capaz de assegurar o seu próprio sustento alimentar, quer por via da produção de excedentes, quer

último meio século. Partindo de quase 150 mil pessoas, em 1950, a população urbana atingiu perto de um milhão em 1975, mas em 2005 rondava os sete milhões de habitantes. Ou seja, em meio século, a população urbana aumentou cerca de 40 vezes mais, enquanto que a rural apenas duplicou.<sup>8</sup>



A este ritmo de crescimento, por volta de 2025 a população urbana será igual ou ligeiramente maior do que a rural. Trata-se duma transformação social profunda e sem precedentes na História de Moçambique (FAO, 2006; MPD, 2005, 2006; UN, 2007).

Obviamente, a velocidade do crescimento urbano dependerá dos determinantes do êxodo rural e factos específicos da dinâmica dos

centros urbanos. Uma revolução verde com impacto positivo e extensivo no campo, certamente não pararia o processo de urbanização; mas poderia refrear a sua intensidade, contribuindo para uma urbanização social e economicamente sustentável. Acima de tudo, poderia contrariar o afluxo migratório urbano com alguma eficácia, sem ser preciso recorrer a métodos compulsivos e ineficazes, como aconteceu com a famigerada “operação produção” na década de 80.

A falta de pólos economicamente viáveis e duradouros nas zonas rurais, priva o campo de alternativas eficazes para competir com os centros urbanos, atraindo jovens rurais em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. A urbanização tornar-se-á cada vez mais problemática (social, política e economicamente), se os centros urbanos continuarem a atrair migrantes rurais, sem que novas oportunidades de emprego e vida decente, acompanhem o rápido crescimento urbano. Aos poucos, o êxodo rural vai transferindo os problemas rurais para os centros urbanos, deixando antever o agravamento de tensões sociais urbanas. Neste sentido a RVM poderia beneficiar e contribuir para a harmonização e integração mais equilibrada entre zonas rurais e urbanas.

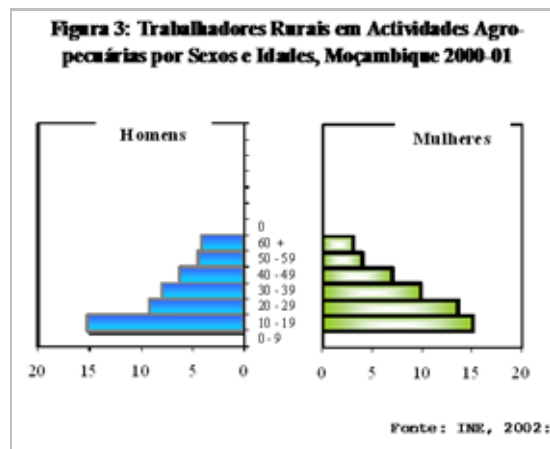
### 3<sup>a</sup> Força de trabalho rural dependente de crianças e jovens em idade de estudar em vez de trabalhar

No início da corrente década, cerca de um terço da população rural, envolvidas em actividades agro-pecuárias, eram crianças e jovens, dos 10 aos 19 anos de idade. Como ilustra a Figura 3, segue-se em ordem de proporção: o grupo dos 20-29 anos, com 23% e restantes grupos etários: 18% dos 30-39 anos; 13% dos 40-49 anos; 8% de 50-59 anos e 7% com mais de 50 anos de idade (INE, 2002, 2003).

<sup>8</sup> As Nações Unidas estimam que a população urbana tenha atingido 35% em 2007, tendo crescido no período 2000-2005 a uma taxa média anual de 4,3%, contra menos de um por cento (0,9%) nas zonas rurais (<http://esa.un.org/unup/p2k0data.asp>).

Na realidade, o peso do efectivo de crianças em actividades domésticas e agrícolas seria superior, se os menores de 10 anos, fossem incluídos nas estatísticas. Isto reflecte a baixa eficiência da sociedade em geral e da economia rural, em particular. As crianças continuam a desempenhar um contributo crucial nas lides caseiras (apanhar lenha, carregar água, limpar) e nas tarefas agrícolas e pecuárias.

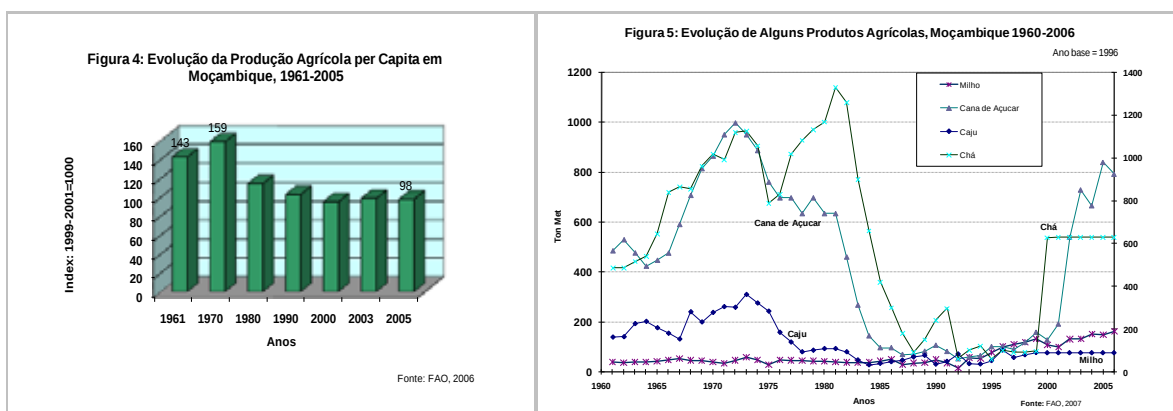
Nenhuma revolução verde poderá ser bem sucedida, se não criar condições sociais e economicamente viáveis, para que a economia rural possa dispensar o enorme efectivo de trabalhadores, em idade escolar, preparando-se, para uma vida economicamente activa e profissionalmente produtiva e saudável.



#### 4ª Involução da produtividade agrícola e retrocesso tecnológico agrário

No início da década 70, a utilização produtiva de terra agrícola em Moçambique rondava 12,5% da superfície de 78,5 milhões de hectares, ou 27% dos 36 milhões de hectares de terra arável. Passado três décadas, somente 5% da superfície total, ou 11% da terra arável, são utilizados para fins produtivos.

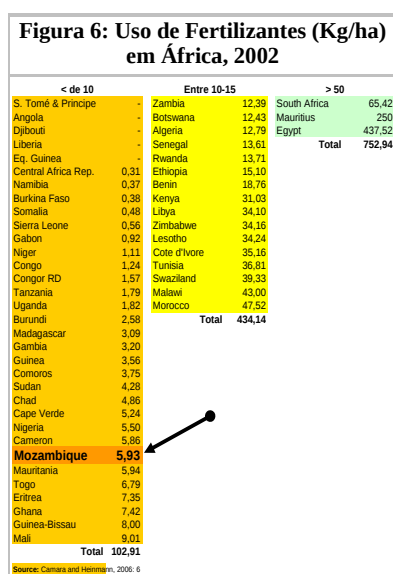
A Figura 4 mostra que a produção agrícola per capita regrediu drasticamente depois da independência em 1975. Desde então os níveis mantiveram-se muito abaixo do pico atingido em 1970. Apesar da ligeira recuperação na última década, os níveis de 1960 ainda não foram alcançados (FAO, 2006).



Esta imagem da produção agrícola agregada é consistente com a trajectória dos produtos individuais históricos, tais como: caju, cana-de-açúcar, chá e milho (Figura 5). Recentemente, alguns destes produtos (e.g. cana de açúcar), registaram recuperações assinaláveis; mas em geral, os principais produtos agrícolas continuam a não assentar em modelos comerciais e empresariais competitivos (FAO, 2007).

O aumento da produção agrícola deriva da expansão das áreas de cultivo e não da melhoria de produtividade; esta possui níveis muito inferiores à média da região da África Austral (0,7-0,9 t/ha, contra 1,2 t/ha na África Austral (Stage e tal., 2006).

A maioria dos agricultores moçambicanos recorre a práticas primitivas de cultivo, sem qualquer recurso a sementes melhoradas, pesticidas, fertilizantes, sistemas de irrigação e técnicas modernas. Enquanto a taxa média de uso de fertilizantes triplicou no continente asiático, de 37



kg/ha em 1980/81 para 109 kg/ha em 2000/01, na África Subsariana, a taxa manteve-se abaixo de 10 kg/ha. Como demonstra a Figura 6, Moçambique só utiliza 5,9 kg/há de fertilizantes (Camara and Heinmann, 2006: 6; Daño, 2007; FAO, 2006; INE, 2004).

Nestas circunstâncias, não surpreende que a população moçambicana tenha duplicado de forma insustentável, sabendo que a agricultura representa 40% do nível alcançado, no início da década de 1970.

É preocupante o contraste entre o elevado nível de fecundidade e reprodução da população (cerca de 5,5 filhos por mulher em idade reprodutiva) e o baixo nível de fertilidade agrícola. Sobre isto, a RVM deveria contribuir para minimizar a fraca sustentabilidade económica do crescimento demográfico em Moçambique.

## 5ª Questões agrárias depois dos brancos partirem: tragédia dos anti-comuns

Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da Frelimo, partido político no poder desde a independência, no seu livro intitulado *Lutar por Moçambique*, citou um provérbio africano que sintetizava bem a questão agrária na época colonial: “Quando os brancos vieram para a nossa terra nós tínhamos a terra e eles tinham a bíblia; agora nós temos a bíblia e eles têm a terra” (Mondlane, 1977: 17).

Olhando para a experiência agrária, ao longo de mais de 30 anos de independência, somos levados a pensar que de nada serviu a bíblia, nem outras fontes de inspiração moral, política e ideológica. Até hoje não se conseguiu encontrar forma de garantir que, após a partida dos colonos brancos, os moçambicanos rurais sentissem que possuem mais do que a bíblia. Sobre isto, declarações como a seguinte, ilustram bem o sentimento de agricultores, por exemplo no Chókwè:

Até o colono que não era nosso pai (era padrasto) deu-nos dois hectares, mas esses dois hectares depois vieram a ser arrancados pelo nosso pai (a Frelimo), que até teve a coragem de levar a pouca terra que o branco nos concedeu ... Afinal quem quer mais bem ao menino: é o amante ou o pai? (Valá, 2006: 130).<sup>9</sup>

Mondlane certamente não antecipou as consequências dramáticas da sua visão para Moçambique independente, expressa no Capítulo 10 – “O Futuro”:

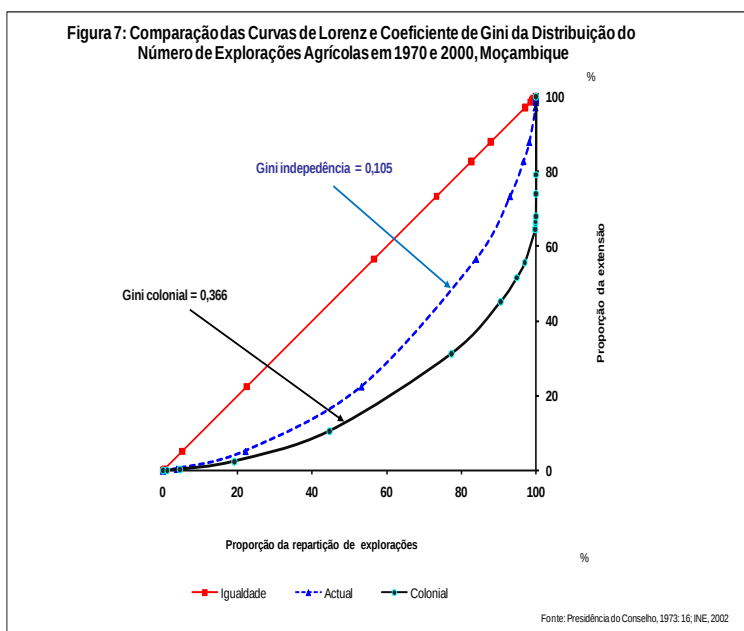
<sup>9</sup> Uma outra declaração: “A Frelimo afinal não veio libertar-nos. Veio sim tirar o passarinho da gaiola mas amarrando-lhe uma perna para só esvoaçar, mas sem poder ir longe. Isto porque os portugueses colonizaram-nos mas pelo menos deram-nos entre 0,5 a dois hectares de terra, terra essa que a Frelimo arrancou-nos. O que interessa para nós é estar livre do colono, mas estar de novo preso em formas inapropriadas de viver e trabalhar?” (Valá, 2006: 130).

O governo de qualquer país em vias de desenvolvimento tem como finalidade oficial o progresso económico e social assente em largas bases. Creio que uma das condições necessárias para o conseguir é eliminar as forças económico-sociais que favorecem as minorias. Por isso não entendo apenas minorias raciais: estas perderão automaticamente os seus privilégios especiais quando se fundar um Estado africano. Em muitos aspectos existe grande perigo na formação de grupos africanos privilegiados; instruídos dum lado, ignorantes do outro; operários fabris dum lado, do outro camponeses. Paradoxalmente, para evitar a concentração de riqueza e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central” (Mondlane, 1977: 250).

De facto, em poucos anos, os brancos não só perderam seus privilégios especiais, mas tornaram-se uma raça em vias de extinção, sobretudo nas zonas rurais de Moçambique. Mas nem por isso, como ilustram as citações acima, a população negra rural, os chamados colonos assimilados e indígenas, iriam ter motivo para acreditar que a independência tinha-lhe permitido conquistar mais que a bíblia, recuperando as terras expropriadas pelos colonizadores portugueses.

A preocupação de Mondlane em eliminar os alicerces que favorecessem o surgimento de novas minorias nacionais, foi contemplada na Constituição de 1975, ao estipular que a terra passava a propriedade exclusiva do Estado. Pelo menos em termos jurídicos, o Estado converteu-se no único monopolista fundiário, senhor e gestor absoluto do principal activo de Moçambique.

O forte planeamento centralizado, introduzido por Samora Machel, sucessor de Mondlane e primeiro Presidente de Moçambique independente, conduziu ao igualitarismo ilustrado pela curva de Lorenz e o coeficiente de Gini da Figura 7. A crescente concentração ou desigualdade, na posse de explorações agrícolas durante o período colonial, foi interrompida depois da independência. De um coeficiente de Gini de 0,366 em 1970, passou-se para um Gini de 0,105 em 2000. Passou-se para um igualitarismo rural quase absoluto, mas que infelizmente não representa equidade sustentável. É um igualitarismo produzido por uma estratégia de colectivização e estatização da produção e comercialização rural, da desvalorização monetária dos activos fundiários no mercado formal e proibição legal da apropriação privada da terra.

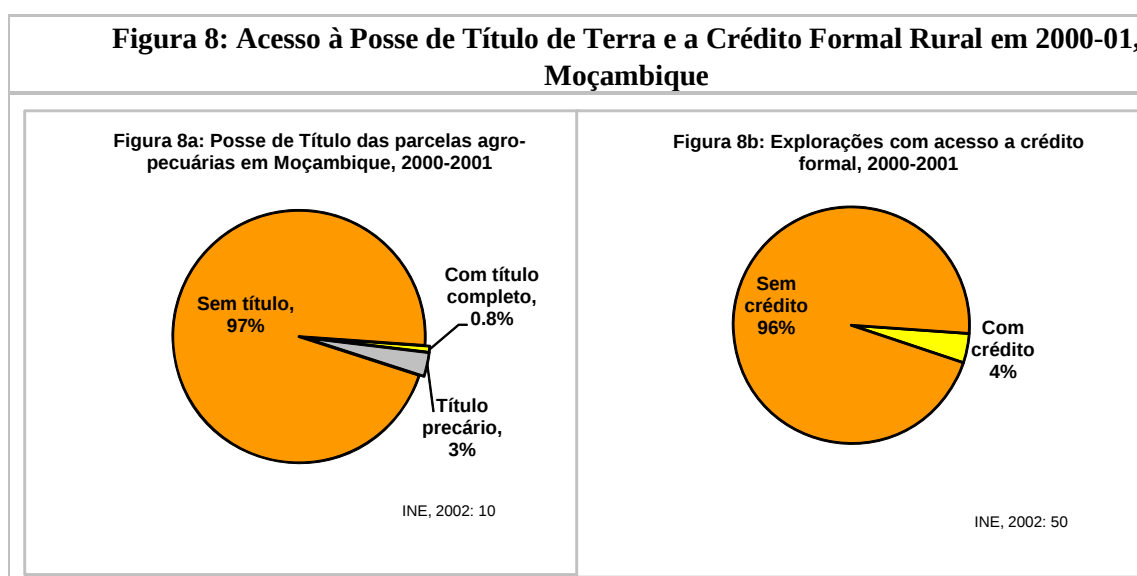


A prerrogativa constitucional, segundo a qual “A terra não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada” (Constituição 2004, art. 109) mantém-se, mas é aplicada parcial e fingidamente, incluindo no próprio sector formal e público.

Na prática, por via oficiosa ou informal, os cidadãos tem encontrado maneira de contornar a lei e afirmar seus direitos *de facto*, procurando minimizar os prejuízos e danos, causados pela imposição de direitos *de jure* monopolistas do Estado, refugiando-se na economia informal.

Quem ganha com isto é a economia informal, mas não só. Ganha também a elite política, sobretudo aquela que, de um lado, se proclama defensora dos desfavorecidos, e do outro, acumula e negocia terra informalmente.

Este quadro institucional poderá continuar a fomentar igualitarismo, mas nunca irá proporcionar condições de equidade, o que é diferente de igualdade nivelada por baixo e fictícia. O custo desta situação institucional está ainda por avaliar, mas os efeitos negativos de longo prazo são inúmeros, alguns dos quais bem visíveis. Algumas são expostas nos exemplos de involução dramática da economia rural, ilustrados pelas Figuras 1, 4, 5. Outros exemplos são, como mostra a Figura 8, a inutilidade da titulação oferecida pelo Estado e os efeitos de anti bancarização do sistema de crédito, numa situação em que os camponeses e empresários agrícolas estão reduzidos a meros inquilinos do Estado.



A guerra civil acabaria por converter o drama económico rural numa tragédia sem precedentes. Com o fim da guerra civil em 1992, a tragédia rural amainou, visto que a população recuperou o direito de lutar pela sua sobrevivência em paz. Mas o drama da economia rural moribunda continua por resolver.

Enquanto isso, as forças económico-sociais que favorecem as minorias, as tais forças que Mondlane acreditava que era necessário eliminar, para que o progresso económico assentasse em largas bases, renascem por intermédio das novas minorias “endinheiradas” (Couto, 2005: 25).<sup>10</sup>

Seja qual for a estratégia que venha a dominar o processo da RVM, esta só poderá tornar-se efectiva se enfrentar a real questão agrária e fundiária com frontalidade e franqueza. Sobretudo,

<sup>10</sup> “A maior desgraça de uma nação pobre é que, em vez de produzir riqueza, produz ricos. Mas ricos sem riqueza. Na realidade, melhor seria chamá-los não de ricos mas de endinheirados. Rico é quem possui meios de produção. Ricos é quem gera dinheiro e dá emprego. Endinheirado é quem simplesmente tem dinheiro. Ou que pensa que tem. Porque, na realidade, o dinheiro é que o tem a ele” (Couto, 2005: 23).

se enfrentar o problema sem preconceitos, ressentimentos ideológicos e interesses dissimulados, à espera que a questão fundiária seja resolvida por “default”, não se base a partir de quê, de onde ou como.

São poucas as pessoas que defendem, que um sistema que produz miséria igual para todos, poderá oferecer alternativas positivas para um crescimento efectivo, duradouro equitativo e sustentável em Moçambique. Mas menos são ainda os líderes políticos, no poder ou na oposição parlamentar, que apontam estratégias concretas e progressivas, para uma viabilização da agricultura e da economia rural. Implícita ou explicitamente, a RVM irá forçar as lideranças políticas e governativas a mostrar como pretendem lidar com trabalhadores agrícolas rurais: reconhecê-los como camponeses com dignidade e direitos próprios, ou continuar a tratá-los como súbditos ou meros inquilinos do Estado?

Desde a Constituição de 1975, persiste no documento fundamental do Estado moçambicano, o pilar institucional que tem conduzido ao que designo “tragédia (moçambicana) dos anti-comuns”. Refiro-me a tragédia dos anti-comuns, para distinguir este tipo de armadilha social, da identificada como “tragédia dos comuns” por Hardin (1968). Segundo Hardin, o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito, termina por condenar estruturalmente o recurso a uma super-exploração. Ora, em Moçambique, o acesso juridicamente gratuito à terra, gerido administrativamente por políticos e burocratas, ao converter a terra em capital improdutivo, em vez de super-exploração tem conduzido à sua sub-exploração, super-ociosidade e super-desvalorização económica no mercado formal. Na economia informal, procura-se valorizar o activo desvalorizado por força da Lei, mas é uma valorização especulativa e improdutiva (Acemoglu 2004, 2005; Bruce, 2007; Francisco e Paulo, 2006; Hamela, 2003; O’Driscoll e Hoskins, 2002; de Soto, 1989, 2002).

O que está em causa não é optar por uma privatização por mera privatização, sem qualquer regulação efectiva e economicamente sensata pelo Estado. Tal opção, por si só, não valorizaria a terra, nem viabilizaria a agricultura. Como em muitos outros aspectos da vida, o necessário raramente se converte no suficiente. Muito provavelmente, aconteceria o mesmo que aconteceu com a privatização generalizada das empresas estatais, em que se acreditou que o mercado se encarregaria de as tornar produtivas e competitivas.

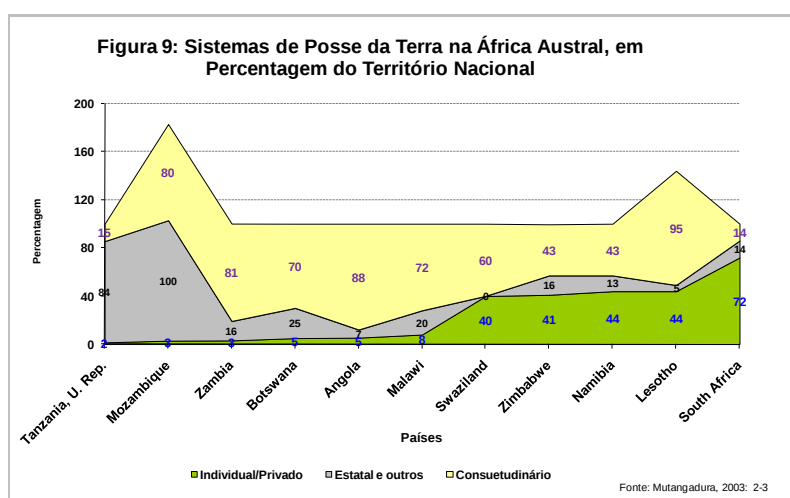
A crença errada e míope nas virtudes do mercado, já no passado conduziu a lamentáveis interpretações a favor de outro fundamentalismo do Estado. Más interpretações e políticas desastrosas podem derivar destes dois tipos de fundamentalismo: o do mercado e do Estado. Se a transferência do monopólio do Estado, para um monopólio ou oligopólio privado, não garante maior concorrência e eficiência produtiva, também a transferência do monopólio estatal da terra, para um grupo de novos latifundiários “endinheirados”, dificilmente trará solução satisfatória e duradoura, para os desafios criados pela desastrosa gestão em que a terra continua mergulhada.

A questão da posse individual da terra, tanto em Moçambique como em toda a África Austral, constitui apenas uma parte, talvez mesmo a parte menor da questão fundiária e agrária nacional. Isto é bem ilustrado na Figura 9.

Na maioria dos países da África Austral, os dois principais sistemas de posse e gestão do uso da terra, são estatal e o consuetudinário. Só na África do Sul é que o sistema de propriedade privada e propriedade individual se tornou dominante, ocupando mais de 70% do território nacional. No Lesoto, cerca de 95% no sistema costumeiro, incluiu arrendamentos em áreas urbanas, mas toda a terra mantém -se subordinada à monarquia. Em Moçambique, a percentagem de 183% na Figura

9, visa sublinhar a duplicidade e sobreposição de vários direitos de propriedade. Nos termos da lei vigente, o Estado tem 100% do direito *de jure* sobre a terra, mas na prática, os direitos *de facto* e consuetudinários assumem predominância. Pelo menos 80% da posse de terra corresponde ao direito consuetudinário, enquanto o direito de propriedade privada apenas cobre 3% do território nacional (Mutangadura, 2003: 2-3).

Desconhece-se a real dimensão do prejuízo económico e custo social do monopólio absoluto da terra pelo Estado. Vamos esperar que a colocação da RVM na agenda política acabe por forçar as lideranças a enfrentar a questão agrária com seriedade e responsabilidade. A questão agrária em Moçambique, que no contexto da socialização do campo girava em torno da transformação da economia colonial numa economia socialista (O’Laughlin, 1981: 32), foi revisitada e reconsiderada por Marc Wuyts (2001), no âmbito do que designou “transição e reconstrução de Moçambique”. Infelizmente, esta reflexão ainda não mereceu a devida atenção.



A questão agrária permanece na encruzilhada de forças diversas: defensores genuínos dos desfavorecidos; interesses estabelecidos proclamados legítimos defensores dos interesses públicos, alguns deles, mais para dissimular seus interesses privados; tabus, traumas e preconceitos ideológicos. Nestas circunstâncias, a questão agrária continuará a

agir como factor regressivo, em vez de progressivo e estruturante, do desenvolvimento de Moçambique. Isto é paradoxal, do ponto de vista de uma estratégia apostada no combate à pobreza e redução da dependência externa, assentes numa economia de mercado saudável.<sup>11</sup>

Moçambique precisa de garantir que a terra cumpra a sua função social, de garante da sobrevivência e auto-sustento da população. Só que isto não será conseguido com o principal activo do País reduzido a capital improdutivo na economia formal, enquanto prospera na economia informal como mero capital especulativo. Não será conseguido enquanto prevalecer o mito que a função social poderá ser melhor realizada por vias não-lucrativas e anti-lucrativas. É sabido que sem sucesso financeiro e económico, nenhum agente económico nem nenhuma economia nacional, conseguem realizar objectivos sociais, a longo prazo. A transformação da terra em capital produtivo não tem que ser conseguida contra a propriedade privada, mas sim contra as formas de apropriação monopolista, ociosa e improdutivo, quer sejam privado-latifundiárias quer estatais.

<sup>11</sup> Amartya Sen recorda que a influência política na procura do proveito económico é um fenómeno bem real no mundo em que vivemos. A denúncia dos defensores dos pretensos benefícios sociais decorrentes da proibição da concorrência remonta a Adam Smith. “Smith defendia que os interesses estabelecidos tendem a sair vencedores por causa do seu ‘melhor conhecimento dos seus próprios interesses’ (não ‘o seu conhecimento do interesse público’” (Sen, 136).

## 6ª Economia rural assente numa economia de subsistência precária

A dinâmica demográfica e a economia de subsistência, têm compensado os efeitos de choques e rupturas radicais, de natureza política e económica, mas não foram capazes de evitar a deterioração profunda da produtividade e do padrão de vida dos moçambicanos. Tanto no período colonial, como no período depois da independência, a produção de subsistência actuou como um amortecedor das flutuações económicas, dos surtos de desemprego e crises do mercado formal, urbano e rural, bem como da base de sustentação para a reforma e velhice da população (Castel-Branco, 1996; Francisco e Paulo, 2006; Watts, 2001).

A Figura 1, no início desta secção, ilustra a tendência dos índices de produção agrícola alimentar e não-alimentar, indicando que após a independência, a produção não-alimentar foi a que registou quedas mais dramáticas. Este impacto conduziu à transformação da estrutura produtiva agrária, como ilustrado a Tabela 2, com um aumento proporcional da produção alimentar de auto-consumo, nas décadas mais recentes.

| <b>Tabela 2: Comparação da Estrutura da Economia Rural Antes e Depois da Independência, Moçambique 1970 e 2000-01</b> |                                             |                                |                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Região</b>                                                                                                         | <b>Plantações e Agricultura Empresarial</b> | <b>Camponeses</b>              |                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                                       |                                             | <b>Produção comercializada</b> | <b>Auto-consumo</b> | <b>Venda de Força de Trabalho</b>                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| País 1970                                                                                                             | 30%                                         | 15%                            | 55%                 | Trabalho sazonal para plantações locais e também para as plantações na Tanzânia, Zimbabwe e Malawi. Ao longo do ano, 20 a 30% dos homens adultos camponeses encontravam-se a trabalhar nas minas da África do Sul em contrato periódicos, média ½ por ano. Trabalho sazonal nas machambas dos colonos. |
| País 2000                                                                                                             | 4%                                          | 39%                            | 57%                 | No final da década de 1990, cerca de 49% dos agregados familiares, tinham pelo menos um membro contratado no trabalho assalariado, enquanto 43% realizava trabalho sazonal                                                                                                                             |
| Fonte: INE, 2002, 2003; Dava et al.1998, Wuyts, 2001, Francisco e Paulo, 2006 : 83.                                   |                                             |                                |                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

## 7ª Indicadores de condições de vida rural contraditórios

Em contraste com os indicadores sobre pobreza e crescimento económico, que têm sido positivos ao longo de mais de uma década, outros indicadores importantes sobre condições básicas de vida, são menos animadores e alertam para a debilidade da melhoria do nível de vida da população.

A Tabela 3 apresenta os valores recentes da desnutrição crónica em Moçambique. Destaca-se a amarelo, as províncias onde a situação tem piorado. Dados relativamente recentes, revelaram que a prevalência de malnutrição nas crianças moçambicanas, em vez de melhorar, piorou entre 1997 a 2003.

Os índices de malnutrição crónica (baixa altura para a idade) passaram de 36%, em 1997, para 41%, em 2003. A prevalência de baixo peso para a idade, permanece nos 24% enquanto a prevalência de crianças com peso insuficiente, ronda os 14%. Nas áreas rurais, os níveis de malnutrição são substancialmente mais elevados do que em áreas urbanas, chegando a 46% de malnutrição crónica e 27% de insuficiência de peso. A malnutrição crónica é hoje responsável por metade dos óbitos registados em crianças com menos de cinco anos de idade (INE, 2004; PNUD, 2006: 308; UNICEF, 2006: 30).<sup>12</sup>

**Tabela 3: Percentagem de Desnutrição Crónica em Crianças Menos de 5 anos, Moçambique**

| Ano                 | 1997* | 2001 | 2003   |
|---------------------|-------|------|--------|
| Total em Moçambique | 35.9  | 43.8 | 41.0** |
| Niassa              | 54.6  | 41.1 | 47.0   |
| Cabo Delgado        | 56.8  | 53.7 | 55.6   |
| Nampula             | 38.4  | 49.1 | 42.1   |
| Zambézia            | 36.9  | 61.6 | 47.3   |
| Tete                | 45.7  | 44.5 | 45.6   |
| Manica              | 40.5  | 40.1 | 39.0   |
| Sofala              | 38.6  | 44.6 | 42.3   |
| Inhambane           | 26.0  | 31.2 | 33.1   |
| Gaza                | 30.0  | 35.4 | 33.6   |
| Maputo Provincia    | 16.0  | 26.2 | 23.9   |
| Maputo Cidade       | 21.5  | 19.9 | 20.6   |

Fonte: IAF, QUIBB e IDS  
 \* Desnutrição crónica em crianças menores de 3 anos  
 \*\* Segundo a projecção demográfica para 2003 são 1.281.817 de crianças

 situação agrava-se  
 situação melhora significativamente (mais de 3 % de diferença)

O relatório da UNICEF de 2006 sobre a situação nutricional da criança no mundo aponta como causas principais do seu retrocesso nutricional, o declínio na produtividade agrícola, as recorrentes crises alimentares associadas à seca e os elevados níveis de pobreza. O HIV/SIDA surge também

como ameaça séria à melhoria da nutrição, na África Austral, incluindo Moçambique (UNICEF, 2006).

### 8ª Uma “Agenda 2025” para múltiplas estratégias, no contexto de falta de massa crítica para uma RVM efectiva e progressiva

A Agenda 2025 é dos poucos documentos políticos genuinamente pluralista e fruto de um contributo intelectual reconciliador, tolerante e sensato de analistas políticos, académicos e profissionais de “trincheiras” políticas e ideológicas diferentes. Infelizmente, como tem acontecido com outros documentos programáticos, após a sua conclusão e aprovação, a Agenda 2025 foi praticamente remetida ao esquecimento.<sup>13</sup>

O argumento que a Agenda 2025 é superficial ou irrelevante, para a investigação científica, por não aprofundar aspectos cruciais para o futuro desenvolvimento é fraco. Serve mais para testemunhar a falta de massa crítica e debilidade do trabalho analítico e de investigação que o documento poderia ter inspirado.

Não era suposto que a Agenda 2025 fosse prescritiva e deliberativa, quanto à estratégia de desenvolvimento a seguir nas próximas décadas. O mais importante é que equacionou com suficiente abertura intelectual, cenários de desenvolvimento possíveis, a tomar em consideração

<sup>12</sup> Entre os países da África Austral, com dados disponíveis, Moçambique regista a taxa de desnutrição mais elevada, assente em 24 por cento com baixo peso, contra 10 e 13 por cento, respectivamente na Suazilândia e Zimbabwe (PNUD, 2006: 308; UNICEF, 2006: 30).

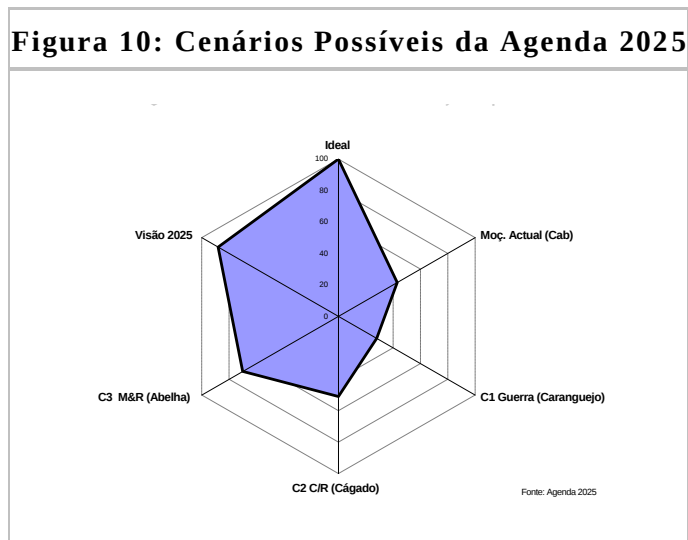
<sup>13</sup> Uma excepção foi o compromisso eleitoral em 2004, do então candidato Armando Guebuza a Presidente da República. Entre outras referências à Agenda 2025, parece ter sido deste documento que a expressão sobre “o espírito de deixa-andar” (Guebuza, 2004).

no futuro imediato. A Figura 10 ilustra o mosaico de alternativas estratégicas de desenvolvimento: Cenários do Cabrito, do Caranguejo, do Cágado, da Abelha e Ideal. Competia aos analistas e investigadores procurarem estudar e apontar caminhos e direcções para se evitar os cenários regressivos e maximizar os progressivos.

Difícilmente poderá uma revolução verde converter-se num movimento inclusivo, abrangente e mobilizador, se o processo for tratado com espírito burocrático, no estilo do da palavra de ordem

que certos burocráticos militantes pretendiam instituir na Administração Pública: “Decisão Tomada, Missão Cumprida”.

Nesta perspectiva, duas tendências poderão conduzir a RVM ao insucesso: 1) A tendência burocratizante de processos de transformação real, como a transformação das relações de sociais de produção a nível rural. 2) A propensão para o sectarismo e exclusão político-ideológica, nomeadamente se conduzir à restrição da liberdade de expressão, análise



crítica, investigação independente e debate aberta de ideias.

### 3. RVM é Necessária, mas será Possível e Provável no Futuro Imediato?

Seria imprudência intelectual, da parte de quem acredita que Moçambique necessita duma revolução verde, se acreditasse que a necessidade de uma revolução verde é suficiente para se tornar possível e viável. Poderá esta nova RVM tornar-se realmente efectiva, duradoira e sobretudo progressiva?

Não é este o espaço apropriado para debater se a adesão da actual liderança política e do Governo à nova revolução verde é ou não inspirada, num entendimento genuinamente diferente e mais realista do que foi a estratégia da socialização do campo. A dúvida justifica-se, nem que seja porque uma outra hipótese não pode ser descartada. Que a adesão à RVM poderá ser meramente táctica, ou uma outra forma de conveniência para maximizar a captação dos recursos e proveitos da ajuda internacional.

#### 3.1. Que tipo de revolução? ....

É improvável que uma RV tenha êxito em Moçambique, se os valores políticos e morais que lideram as estratégias dominantes na sociedade moçambicana, não forem revistos com franqueza e passarem a inspirar confiança política no cidadão, sobretudo nas zonas rurais. Tal mudança

deverá afectar as próprias percepções e expectativas sobre questões como “revolução” e “estratégia”.

Um processo de mudanças políticas profunda que destabilize profundamente a produção, a produtividade e a eficiência da sociedade em geral, merece ser considerado revolucionário? Se merecer, não admira que o conceito de revolução seja frequentemente acolhido com apreensão e receio. De facto, muitos dos processos considerados revolucionários, se fossem reavaliados à luz dos seus impactos de longo-prazo, em vez das conquistas de curto prazo, certamente acabariam por se reclassificados como contra-revolucionários. Digo contra-revolucionário, no sentido dos efeitos regressivos duradouros em termos de produção, produtividade e eficiência da sociedade em geral.

Será praticamente impossível encontrar uma resposta consensual, quanto à avaliação da experiência de revolução socialista em Moçambique. Os acontecimentos são ainda muito recentes. Tanto as vítimas da revolução socialista como os actores e defensores do seu projecto e modelo inspirador continuam activos e influentes na política actual e máquina governativa e estatal.

Consciente deste ambiente e antecedentes históricos, para efeitos deste trabalho, a definição de Revolução Verde que me parece mais adequada e operacional em Moçambique é a seguinte:

Revolução verde é o processo de transformações profundas das condições sociais e tecnológicas de produção dos agricultores rurais, através de mudanças estruturantes e geradoras de maior produtividade, equidade e lucratividade, em que os proveitos beneficiem cada vez mais os agentes económicos rurais, em termos de melhoria da sua segurança alimentar, padrão de vida individual e outras formas efectivas de sair da armadilha da pobreza e do subdesenvolvimento.

Propositadamente, a definição anterior sublinha explicitamente a questão da lucratividade em benefício das zonas rurais. Quero com isto romper com o preconceito e tendência ainda generalizada de se dissimular a importância do aumento de valor e do crescimento lucrativo, por de trás de um floreado de palavras obscuras, difusas e destituídas de substância.

Tanto o refúgio numa postura tecnicista, mesmo quando os problemas em causa são principalmente problemas não-técnicos, como a crença que os objectivos sociais são avessos ao lucro, ou possam realizar-se sem uma base financeira, são contraproducentes. A transformação profunda e modernização da agricultura rural não podem ser alcançadas por vias meramente tecnológicas. Do mesmo modo, sem sucesso financeiro e económico, nenhum objectivo social poderá ter possibilidade de sobreviver e sustentar-se a longo prazo.

### **3.2. ... e justifica-se falar de estratégia?**

O móbil principal de uma estratégia, seja ela qual for, é o conflito de interesses, choque de vontades antagónicas, e disputas e luta pela sobrevivência. No jogo real da vida, a estratégia é o instrumento operativo de gestão de conflitualidades, conquista de superioridade e vantagens sobre Outro (inimigo, oponente ou concorrente).

À semelhança do conceito de revolução, também não é este o espaço apropriado para uma análise exaustiva do significado e utilidade prática do conceito de “estratégia”. Esta é frequentemente vulgarizada e reduzida à mera definição de intenções, objectivos e finalidades. Isto, em nada ajuda, na formulação e implementação de uma RVM. A questão da revolução verde assume carácter e dimensão da realidade estratégica, não em termos político-militares, mas sim em tanto que contexto político-económicos, por exemplo de conquista e preservação de vantagens competitivas. Nesta perspectiva, a definição de estratégia que melhor parece captar pensamento estratégico relevante é a seguinte, proposta por Francisco Abreu:

“A ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo” (ambiente agónico) (Abreu, 2002:20).

Esta definição proporciona a identificação de quatro elementos fundamentais de enquadramento conceptual: 1) Duas vontades conscientes e incompatíveis em confronto; 2) Um jogo de soma tendencialmente nula: para que um dos jogadores ganhe tem o outro que perder; 3) O uso da força ou a ameaça do seu emprego, o que quer dizer que não se trata de “persuadir”, por exemplo, mas sim de “obrigar a aceitar”; 4) A possibilidade de afectar a sobrevivência do antagonista, por aniquilamento ou pela dissolução das suas qualidades específicas (Abreu, 2004: 28-29).

Se tomarmos como bom o conjunto de elementos anteriormente enunciados, como sublinha Abreu, devemos excluir do campo da relação estratégica, todas as relações que não sejam conflituais ou competitivas. Isto significa, em relação à RVM, que na estratégia económica ou empresarial não há violência (como numa situação de guerra). Mas a razão de ser do uso do termo estratégia é resultado do facto que a realidade estratégica pressupõe um clima de rivalidade, conflitualidade e conflito de interesses. Se a questão da RV não envolvesse choque de interesses, não haveria necessidade de estratégia, mas quando de programação e planeamento.

#### **4. Em que Cenários poderá a RVM ser Possível, Viável e Sustentável?**

A questão principal a responder neste artigo encontra-se enunciada no título: “Será a revolução verde possível, viável e sustentável, no contexto das estratégias de desenvolvimento dominantes em Moçambique?”. Para responder a esta questão central, recorre-se a um modelo de cenarização simples de hipóteses ou opções de estratégias alternativas de crescimento económico.

##### **4.1. Modelo de enquadramento: matriz de alternativas de crescimento**

O modelo analítico em que assentam os cenários, inspira-se na conjugação de abordagens relevantes e complementares, para uma análise sistemática dos determinantes das dinâmicas externa e interna do crescimento económico. Três fontes principais merecem ser mencionadas, mesmo que sejam aqui apenas afloradas de forma muito resumida.

Primeiro, considera-se a lógica de análise estratégica enquadrada no modelo SWOT/TOFA (Triunfo, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e outras metodologias de cenarização, conjugando as componentes internas e externas do crescimento, espelhadas através de uma

aproximação matricial (Abreu, 2002; Capricorn, 1995; de Carvalho, 2006; Fernandes e Abreu, 2004; Franco, 2007; Porter, 1980, 1996).

A segunda fonte corresponde ao Princípio de Pareto ou Princípio 80/20, segundo o qual grande parte dos efeitos/resultados/produtos (na ordem dos 80%, mas podendo ser mais ou menos do que esse valor) deriva geralmente de um reduzido conjunto de causas/insumos/factores determinantes (mais ou menos os 20%) (Kock, 1989).

A terceira fonte incluiu um conjunto de contribuições teóricas recentes, para um quadro analítico unificador de formulação de estratégias de crescimento acelerado, operacional e sustentado num raciocínio económico sólido.<sup>14</sup> Digno de nota, é a abordagem proposta por Hausmann, Rodrik e Velasco em 2005, no artigo “Growth Diagnostics” (diagnóstico do crescimento). Hausmann et al (2005) defendem uma abordagem analítica e operacional, focalizada na identificação de constrangimentos principais, em vez do comum arrolamento de uma vasta lista de possíveis factores determinantes; muito característico da abordagem do Consenso de Washington, amplamente usada no passado por agências doadoras e de ajuda multilateral aos países em desenvolvimento.

A metodologia de Hausmann et al (2005) contempla o método da árvore de decisões, através de diferentes ramos de decisão com início em duas opções – elevado custo de financiamento e baixo retorno. O objectivo principal é determinar os baixos níveis de investimento privado e de empreendedorismo, procurando-se a raiz causal dos problemas, em particular os constrangimentos que mais limitam o crescimento económico. Se bem que os autores do “Diagnóstico do Crescimento” não mencionem explicitamente o Princípio de Pareto, na sua lógica de identificação de hipóteses e opções estratégicas de crescimento, com destaque para os constrangimentos do crescimento, as duas abordagens afiguram-se complementares.

Nas secções seguintes, a aproximação matricial das alternativas estratégicas de crescimento consideradas nos quatro cenários possíveis, é sintetizada na representação da Figura 11, composta por quatro posições celulares que correspondem a diferentes tipos de aproximações estratégicas. Os quatro cenários considerados, cada um correspondendo a uma das células da matriz, são os seguintes:

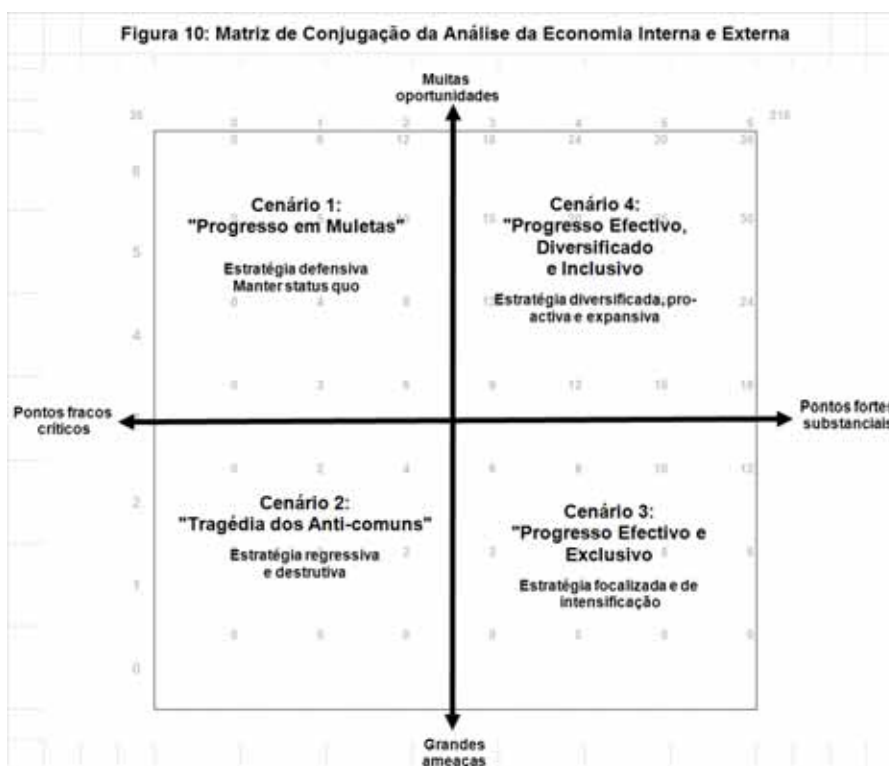
- Cenário 1: *Muitas Oportunidades e muitos Pontos Fracos* conjugam-se no tipo de cenário estratégico actual. Poderá conduzir a uma estratégia defensiva ou tentativa de manutenção do *status quo* o máximo possível; alternativamente, pode também conduzir à mudança radical da estratégia. Na Figura 11, a designação “Progresso em Muletas” visa sublinhar a relação estratégica dominante: dependência e manutenção de um stock persistente e básico de ajuda externa, sem o qual a ruptura da estabilidade social e económica seria inevitável, podendo empurrar o país para o Cenário 2.
- Cenário 2: *Muitos Pontos Fracos e Grandes Ameaças* conduzem a uma estratégia regressiva, conducente a uma situação certamente pior do que a actual. A designação “Tragédia dos anti-comuns” no Cenário 2 foi comentada acima, na 5ª razão para uma

---

<sup>14</sup> Na década passada uma vasta literatura internacional tem estado a ser desenvolvida em torno da pesquisa sobre as fontes do crescimento económico acelerado no mundo, particularmente em vias de desenvolvimento (Acemoglu, et al, 2001; Acemoglu et al., 2003; Acemoglu et al., 2004; Aghion and Aghion, 2003; Dawson, 2007; Felipe, 2006; Hausmann et al., 2005; Pritchett, 2001; Rodriguez, 2005; Rodrik, 2004).

RVM. Refere-se ao tipo de armadilha social, em que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito, termina por condenar estruturalmente o recurso à sub-exploração, super-ociosidade e super-desvalorização económica. Pior do que um cenário anterior, de estagnação, o cenário 2 caracteriza-se pelo retrocesso institucional, do padrão de vida e da sociedade em geral.

- Cenário 3: *Muitas Ameaças e muitos Pontos Fortes* conduzem a aproximações de intensificação ou especialização em progressos efectivos, com possibilidade de efeitos de exclusão social e económica. Contrariamente aos dois cenários anteriores, envolve uma estratégia de desenvolvimento progressivo, no qual uma RVM poderá ter lugar, mesmo que o seu impacto seja parcial e restrito, dependendo dos efeitos de exclusão social que gerar.
- Cenário 4: *Muitas Oportunidades e muitos Pontos Fortes* conduzem a aproximações mais pró-activas, diversificadas e inclusivas. Tal como o anterior, mas de forma mais ampla e extensiva, envolve uma estratégia de desenvolvimento progressivo. Pressupõe um quadro institucional favorável ao crescimento económico acelerado, com uma transformação ampla e inclusiva das instituições e da tecnologia, cujos benefícios serão apropriados pelos actores endógenos.



#### 4.2. Características dos Cenários de Viabilidade ou Inviabilidade da RVM

Os cenários enunciados serão afluorados, de forma resumida, sem se entrar em detalhes técnicos sobre a sua estrutura, construção, pressupostos e elementos constituintes. O objectivo aqui é compartilhar o enquadramento para as respostas alternativas à questão enunciada no título.

Assim, de forma resumida, as características dos quatro cenários possíveis são apresentadas seguidamente.

#### 4.2.1. Cenário 1: Progresso em Muletas

O cenário 1 corresponde ao cenário que designo como “Progresso em Muletas”. Progresso em muletas porque a estabilidade social e económica de Moçambique assenta na dependência externa, principal contribuinte (até do ponto de vista fiscal) para o sustento do consumo público, não-produtivos e em menor proporção também algum produtivo.

Em troca da extensiva ajuda externa, ao longo dos anos passados o Governo mostrou-se mais preocupado em retribuir com um discurso que designo por “wishful thinking”. Este termo inglês é de difícil tradução em português. Significa tomar os desejos por realidade e tomar decisões, ou seguir raciocínios, na base desses desejos, em vez dos factos ou da racionalidade adequada à sociedade real.

O Cenário 1 corresponde ao que na Agenda 2025, se designa como o “Cenário do Cabrito”. Prefiro não distrair a atenção com metáforas do reino animal. Mas o fundamento para este cenário envolve situações como as seguintes: corrupção, *deixa-andar*, intolerância, exclusão social, que se continuar a aumentar, poderá eventualmente conduzir a conflitos ou mesmo à guerra. A Agenda 2025 elegeu a “Paz e Estabilidade Social” como variável determinante, cujo retrocesso tem implicações significativas para o futuro.

Todavia, como diz a expressão citada por Francisco e Paulo (2006: 3): “Num país do faz do conta, tudo acaba em tanto faz”. A filosofia do “cabrito como onde está amarrado”, característica da racionalidade económica prevalecente durante a presidência de Joaquim Chissano, o que se pode esperar da revolução verde num tal cenário?

Se Moçambique continuar neste cenário, em termos macroeconómicos e fiscais assente na racionalidade económica do PARPA (Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta), aprovado pelo Governo e seus parceiros internacionais, é improvável que a revolução verde venha a desempenhar qualquer papel relevante. Neste cenário, por volta de 2025, Moçambique poderá atingir um PIB na ordem dos 30 mil milhões de dólares. Se crescer à taxa dos anos recentes, mantendo a estrutura e composição da economia actuais, dentro de década e meia a economia moçambicana poderá ser cinco vezes maior do que é actualmente (6-7 mil milhões de dólares). Mas pouco mudará, sobretudo em termos de dinâmica rural-urbana.

Este é o cenário correspondente à situação actual, que uns designam por “deixa-andar”, enquanto outros preferem chamar de “deixa-fazer”. Se o actual ambiente institucional se mantiver, significa que iremos manter a instabilidade que conhecemos, acabando eventualmente “no tanto faz”; com surpresas como as da noite passada, cada vez mais frequentes. Ontem, à meia-noite, assisti a imagens terríveis na nossa televisão, ao mostrar mais três vítimas de assassinato em Maputo. Aprenderemos a conviver com estes assassinatos sistemáticos. Mas como simultaneamente temos uma ajuda externa garantida, vamo-nos consolando que nem somos os piores na região; África do Sul tem maior incidência de crimes. Não somos os melhores, nem os piores.

Num quadro destes, a RV não precisa de ser real e efectiva. Basta que seja fictícia, uma revolução para “doador ver”. Num quadro consumista de ajuda para investimento improdutivo, não

precisamos de transformar radicalmente a agricultura, para que se integre cada vez mais na economia nacional. Podemos continuar a crescer, alegadamente a 7-8% ao ano, mas com a estrutura social e económica prevalecente não iremos longe em termos de desenvolvimento do País.

**Figura 12: CENÁRIO 1: Cenário de Tendência, "Progresso em Muletas"**

### C1. Variáveis Relevantes

#### Capital Humano

Progresso desequilibrado e temporário  
Melhoria lenta do desenvolvimento humano  
Educação informal é a mais relevante para o cidadão

#### Capital Social

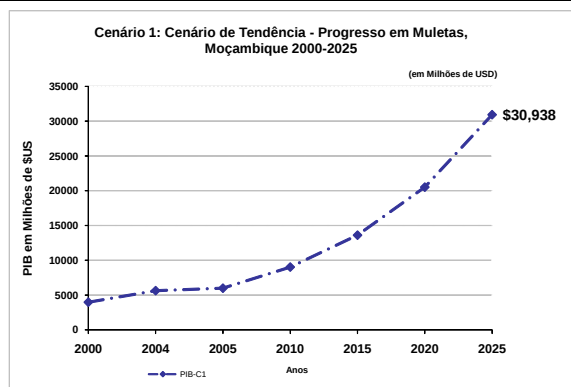
Injustiça social e corrupção endémica  
Estado de Direito aparente  
Cultura de silêncio e de irresponsabilização social  
Política da terra pseudo-colectivismo  
Estatégia de migração reactiva  
Desenvolvimento rural negligenciado  
Instituições fracas e rectivas

#### Economia e desenvolvimento

Elevada dependência externa, apoiada no PARPA  
Economia maioritariamente controlada  
Fracca capacidade de captação de receitas públicas  
Fracca competitividade e elevada informalidade  
Urbanização a 4% ao ano  
Volume do PIB em 2025: +/- \$30 mil Milhões de USD

#### Governança e Liderança

Fracca participação do cidadão no exercício do poder  
Bipartidarização política  
Centralização, dirigismo e burocratismo  
"Deixa-andar" ou "deixa-fazer"  
Liderança voluntarista, populista e demagógica  
Informação livre mas ineficaz  
Falta de visão de longo prazo ("Wissfull thinking")



### Papel da Revolução Verde no C1?

- Fictícia
- Wishful thinking
- Revolução Verde para "Inglês ver"
- Abandonar o campo é a alternativa à indigência e pobreza

|                       | 2010  | 2015  | 2020    | 2025    | Média 2000-25 |
|-----------------------|-------|-------|---------|---------|---------------|
| PIBpcapita Moçambique | \$413 | \$555 | \$776   | \$1,084 | 6.5           |
| PIBpcapita Rural      | \$250 | \$316 | \$418   | \$555   | 5.2           |
| PIBpcapita Urbano     | \$625 | \$809 | \$1,095 | \$1,492 | 5.8           |

## 4.2.2. Cenário 2: Tragédia dos Anti-comuns

O Cenário 2 faz referência ao que designo como "Tragédia dos Anti-comuns", termo explicado na secção 2. Refere-se ao tipo de armadilha social, em que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito, termina conduzindo o recurso não a uma super-exploração (Tragédia dos comuns, segundo Hardin), mas à sub-exploração, super-ociosidade e super-desvalorização económica.<sup>15</sup>

É um cenário pior do que o actual, resultante do retrocesso para situações de conflitos, como admite a própria Agenda 2025; escalada de crises cíclicas, sociais, económicas e políticas. Por isso, na Agenda 2025, este cenário é designado por "Cenário do Caranguejo". Cada actor anda

<sup>15</sup> Isto não significa que certos grupos de interesses não beneficiem com a crise ou mesmo a tragédia social e humana. Tal já aconteceu, por exemplo, durante a guerra dos 16 anos. As duas forças beligerantes (Frelimo e Renamo) tiraram proveito das suas posições radicais, até ao momento em que a intransigência e continuação da guerra poderia pôr em risco a sua sobrevivência. No final, com o Acordo de Paz de 1992, as forças em conflito saíram parcialmente vencedoras, significando que o principal derrotado acabou por a sociedade em geral, nomeadamente os produtores individuais e empresários produtivos.

aos ziguezagues ou tão depressa vai para a frente, como retrocede, provocando crises cíclicas, seguidas de momentos de recuperação lenta e ténue devido à desestruturação causada pela crise.

Nos círculos do politicamente correcto, este cenário não é admitido como uma possibilidade tão real quanto as outras mais positivas. Muitos analistas e sobretudo os políticos associados ao poder e do Governo procuram ser positivos, nem que seja fingidamente e à força. Em vez de discutirem os perigos de retrocessos iminentes, admitem a nível informal, nos bastidores das conversas formais; não em locais apropriados, onde os riscos, perigos e ameaças deviam ser debatidos séria e francamente.

**Figura 13: CENÁRIO 2: "Tragédia dos Anti-Comuns" - Regressão e Involução Económica**

### C2. Variáveis Relevantes

#### Capital Humar

Progresso desequilibrado e regressivo  
Não há melhoria do desenvolvimento humano  
Educação informal é a mais relevante para o cidadão

#### Capital Social

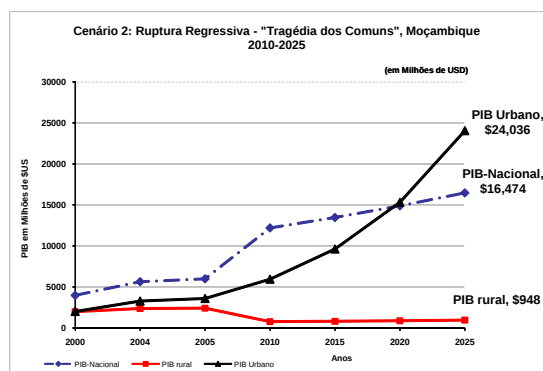
Corrupção e agravamento de conflitos sociais  
Estado predador e totalitário  
"Cultura de roubar tudo!" institucionaliza-se  
Política da terra pseudo-colectivista e especulativa  
Estratégia de migração regressiva  
Anti-desenvolvimento rural  
Instituições fráguas e anti-desenvolvimento económico

#### Economia e desenvolvimento

Decrescimento do apoio externo, por diversos factores  
Urbanização a 4% ao ano e desordenamento  
Impacto de crises externas (e.g. Crise do petróleo)  
Fracca competitividade e elevada informalidade  
PIB per capital urbano cresce, mas o rural decresce  
Economia mais ou menos reprimida  
Volume do PIB em 2025: < a \$25 mil Milhões USD

#### Governança e Liderança

Liderança totalitária e fundamentalista  
Exclusão generalizada da participação do cidadão  
Centralização, dirigismo e burocratismo  
"O socialismo do possível"  
Informação maioritariamente reprimida



### Papel da Revolução Verde no C2?

- Nenhum
- Contra-revolução verde
- Zonas rurais em ambiente regressivo
- Sair do campo é esperança de melhoria
- Tensão nas zonas urbanas aumenta

|                       | 2010  | 2015  | 2020    | 2025    | Média 2000-'25 |
|-----------------------|-------|-------|---------|---------|----------------|
| PIBpcapita Moçambique | \$307 | \$308 | \$320   | \$333   | 0.4            |
| PIBpcapita Rural      | \$62  | \$64  | \$69    | \$76    | -2.4           |
| PIBpcapita Urbano     | \$766 | \$972 | \$1,292 | \$1,735 | 5.4            |

Existem várias razões, internas e externas, que podem empurrar Moçambique, para uma situação pior do que estamos a viver. Porque é que não procuramos debater quais as consequências, por exemplo, de uma crise de petróleo, em que o barril passe para mais de 100 ou 150 dólares? A aproximação dos 100 dólares é uma questão de meses. Daí para a frente, o que poderá acontecer a Moçambique? Estaremos a preparar-nos ou pelo menos a pensar nisso?

As economias ricas estão, neste momento, mais ou menos prontas para enfrentar o quadro de 100 dólares ou mais, por barril de petróleo. Em Moçambique nem se fala em tal assunto. Porquê? Parece que crise passa ao lado.

Tem-se falado da abertura de fronteiras na África Austral, para circulação de mercadorias (excepto a força de trabalho). Mas sobre isso, estamos bastante atrasados, para conseguirmos uma posição competitiva e vantajosa.

Enfim, sem alongar muito mais neste ponto, o aspecto importante do cenário 2 é que, em caso de agravamento da situação económica actual, tal como no cenário 1, só existirá uma alternativa para

o camponês tentar fugir da pobreza. Certamente não será a revolução verde, mas sim a imigração, o abandono do campo para as zonas urbanas ou para os países vizinhos. De imediato, não existem outras alternativas para se fugir da indigência e pobreza absoluta prevalecente nas zonas rurais de Moçambique.

### 4.2.3. Cenário 3: Progresso Efectivo e Exclusivo

O terceiro cenário é um cenário de progresso efectivo, mas socialmente exclusivo. Contrariamente aos dois cenários anteriores, no cenário 3 dominaria uma estratégia de desenvolvimento progressivo, no qual uma RVM poderia ter lugar, um impacto relativo, de algum modo restrito, dependendo dos efeitos de exclusão social que provocar.

Neste processo efectivo mas exclusivo, a RV tem um papel a desempenhar. Será um processo de revolução na perspectiva criticada por Eric Holt-Dimenez (2006). De qualquer forma, um processo desses significará mais e melhor progresso do que se pode esperar dos cenários 1 e 2.

Na perspectiva do Cenário 3, Moçambique poderá crescer mais rapidamente do que tem crescido. Mesmo que não cresça mais rápido, o progresso derivaria mais da mudança da estrutura económica nacional, do que de um maior nível da taxa de crescimento. Se a economia de Moçambique conseguir concentrar-se em produtos com maior valor acrescentado, do que possui actualmente, em vez do PIB aumentar para cerca de 30 mil milhões, poderá atingir por volta de 2025, cerca de 40 ou 50 biliões de US dólares.

**Figura 14: CENÁRIO 3: Progresso Efectivo e Exclusivo**

#### C3. Variáveis Relevantes

##### Capital Humar

Progresso efectivo, mas socialmente exclusivo  
Melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano  
Ênfase nas mudanças tecnológica

##### Capital Social

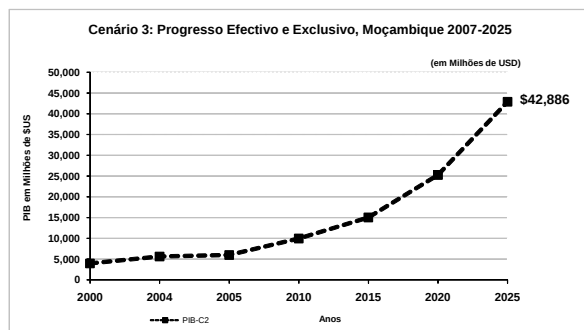
Redução da corrupção, mas discriminatória  
Transacionabilidade dos Títulos de Terra  
Protecção da propriedade privada  
Cultura de responsabilização  
Processo de urbanização mais acelerado (4,4%)  
Aumenta transparência da Administração Pública  
Migração selectiva favorável ao crescimento

##### Economia e desenvolvimento

Aumento da competitividade em alguns sectores  
Reduz dependência externa, aumenta investimento produtivo  
Redução da informalidade a favor do formalidade  
Melhoria do padrão de vida pro-urbano  
Estratégia energética com incidência nos bio-combustíveis  
Instituições favoráveis ao crescimento tecnológico  
Volume do PIB em 2025: > \$40 mil Milhões USD

##### Governança e Liderança

Melhoria da participação do cidadão no poder  
Aumento da descentralização e dinâmica pública local  
Liderança profissional, mas tecnicista e administrativa  
Informação livre e operativa



#### Papel da Revolução Verde no C3?

- Fertilizantes como mercadoria estratégica
- Predomínio da abordagem tecnológica
- RV menos “verde” do que em C4, mas com progressos em sectores importantes
- Melhora a produtividade agrícola
- Melhoria parcial da segurança alimentar

|                       | 2010  | 2015  | 2020    | 2025    | Média 2000-'25 |
|-----------------------|-------|-------|---------|---------|----------------|
| PIBpcapita Moçambique | \$456 | \$613 | \$955   | \$1,486 | 8.2            |
| PIBpcapita Rural      | \$280 | \$393 | \$551   | \$773   | 7.0            |
| PIBpcapita Urbano     | \$688 | \$853 | \$1,300 | \$1,959 | 7.2            |

#### 4.2.4. Cenário 4: Progresso Efectivo e Inclusivo

O quarto cenário designa-se “Cenário efectivo e inclusivo”. Tal como o anterior, mas de forma mais abrangente, extensiva e sistemática, envolve uma estratégia de desenvolvimento progressivo. Pressupõe um quadro institucional bastante favorável ao crescimento económico acelerado, com uma transformação ampla e inclusiva das instituições e da tecnologia, em que os primeiros benefícios são os actores endógenos.

Neste cenário o desenvolvimento rural representará uma verdadeira transformação revolucionária, tanto em termos tecnológicos como institucionais e sociais. Aqui, sim, a revolução verde desempenhará um papel primordial. Neste caso poderemos antecipar, que a economia nacional cresça até ao ano 2025, 10 vezes mais, atingindo pelo menos os 60 mil milhões de US dólares.

O Cenário 4 constitui assim a alternativa estratégica mais promissora, porque aponta para uma transformação ampla e inclusiva das instituições e da tecnologia, com benefícios apropriados directamente pelas zonas rurais. É o cenário mais desejável, mas também o mais difícil de concretizar, por causa da dimensão das transformações que exigirá.

**Figura 15: CENÁRIO 4: Progresso Efectivo e Inclusivo**

##### C4: Variáveis Relevantes

###### Capital Humano

Desenvolvimento humano inclusivo  
Melhoria substancial do desenvolvimento humano  
Educação e formação/informal relevante

###### Capital Social

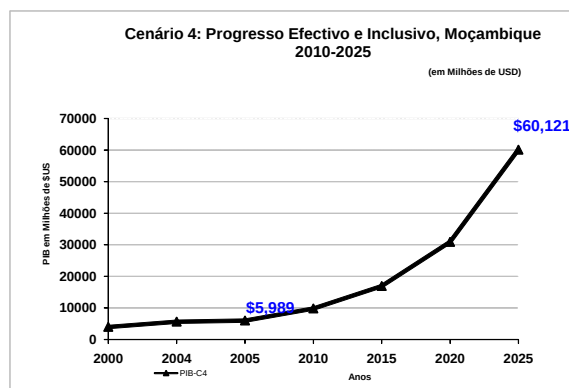
Justiça social melhora substancialmente  
Respeito efectivo pela propriedade privada  
Cultura de responsabilização e transparência  
Estado de Direito inclusivo consolida-se  
Política de migração progressiva  
Multiparidarismo real e amplo  
Papel activo na integração da África Austral

###### Economia e desenvolvimento

Redução da dependência externa  
Urbanização desacelera, por viabilização económica rural  
Aumento da competitividade e diminuição da informalidade  
Desenvolvimento rural efectivo e diversificado  
Estratégia de bio-combustíveis reduz dependência energética  
Melhoria do padrão de vida efectiva  
Economia maioritariamente livre  
Volume do PIB em 2025: > \$60 mil Milhões de USD

###### Governança e Liderança

Administração Pública melhora eficácia e eficiência  
Aumenta participação e inclusão social do cidadão  
Descentralização progressiva  
Liderança unificadora e profissional  
Informação livre e institucionalmente protegida  
Visão estratégica progressiva e inclusiva



##### Papel da Revolução Verde no C4?

- Abordagem política e tecnicamente racional
- Desenvolvimento rural e RV articulados
- Aumento substancial da produtividade agrícola e da segurança alimentar rural

|                       | 2010  | 2015  | 2020    | 2025    | Média<br>2000-'25 |
|-----------------------|-------|-------|---------|---------|-------------------|
| PIBpcapita Moçambique | \$448 | \$689 | \$1,169 | \$2,115 | 10.3              |
| PIBpcapita Rural      | \$322 | \$518 | \$835   | \$1,344 | 10.0              |
| PIBpcapita Urbano     | \$616 | \$877 | \$1,485 | \$2,770 | 9.1               |

## 5. Considerações Gerais e Finais

### 5.1. Considerações sobre a viabilidade ou inviabilidade da RVM

Quanto à possibilidade de avanço, do maior ou menor sucesso da revolução verde em Moçambique, o ponto importante a reter dos quatro cenários considerados, é que tal revolução contribuirá para a mudança da actual estrutura económica, a favor duma maior acumulação de riqueza nas zonas rurais. Em parte, esta é a mensagem da estratégia de desenvolvimento rural (EDR), concluída em finais de 2006, para ser aprovada pelo Conselho de Ministros.

De forma resumida, a minha apreciação sobre o papel actual da RV em Moçambique, é reservada senão mesmo céptica. Nas condições actuais, a RVM é ainda ficção ou uma aspiração com fracas perspectivas de implementação prática. Pelo que parece, fala-se de RV por força das circunstâncias, moda ou conveniência de parecer que existe boa vontade de mudança.

Na prática, a política consumista e de maximização dos benefícios da ajuda externa, parece sobrepor-se a qualquer estratégia realmente produtiva. São ainda muito fracas as indicações, tanto do Governo como dos seus parceiros internacionais, que a economia esteja a ser encaminhada para um ciclo mais produtivo e virtuoso, em vez do actual ciclo consumista e economicamente improdutivo. Num quadro destes não acredito que a RV possa ter algum papel positivo a desempenhar.

Quero terminar concluir esta apresentação com uma breve referência à declaração de Abuja, Nigéria, de Junho 2006, sobre a qual ainda nada ouvi nesta conferência. A declaração de Abuja de 2006 contém recomendações concretas, algumas das quais deveriam ser cumpridas até meados deste ano. Até que ponto estamos a monitorar tais recomendações, quando nem se fala delas? O Governo sabe ou fala delas? Duvido!

#### Caixa 1: Revolução Verde Africana

**Na Declaração de Abuja, da Cimeira Africana de Fertilizantes, de Junho 2006, os principais aspectos acordados foram os seguintes:**

- Criar comerciantes agrícolas rurais para toda a África rural
- Estabelecer facilidades de garantia de crédito ara insumos agrícolas a nível nacional
- Criar subsídios através de bons investimentos para os pobres e pessoas mais vulneráveis
- Organizar centros de compra e distribuição de fertilizantes a nível regional; eliminar barreiras comerciais; promover o fabrico local de fertilizantes
- Criar um mecanismo africano para financiar o desenvolvimento de fertilizantes
- Designar os fertilizantes, orgânicos e inorgânicos, como uma “mercadoria estratégica” sem fronteiras
- Aumentar o nível médio de uso de fertilizantes no Continente Africano, dos actuais 8 quilogramas por hectare para uma média mínima de 50 quilogramas por hectares até 2015.
- Até meados de 2007, tomar medidas apropriadas destinadas a reduzir o custo de compra de fertilizantes a nível nacional e regional, especialmente através da harmonização de políticas e regulamentos que permitam garantir o livre movimento de mercadorias através das fronteiras, livre de taxas alfandegárias e outras, e o desenvolvimento de capacidade para o controlo de qualidade.
- Como medida imediata, eliminar as taxas e tarifas sobre fertilizantes e matérias-primas para o fabrico dos mesmos
- Tomar medidas concretas destinadas a melhorar o acesso dos fazendeiros a fertilizantes, através do desenvolvimento e aumento de comerciantes de insumos agrícolas e de redes comunitárias nas zonas rurais. Pede-se ao sector privado e aos parceiros de desenvolvimento que apoiem estas acções.
- Melhorar, com efeito imediato, o acesso aos fertilizantes por parte dos agricultores, concedendo, com apoio dos parceiros de desenvolvimento, subsídios dirigidos a elementos específicos do sector de fertilizantes, com especial atenção os agricultores pobres, mulher e jovens.

<http://www.africafertilizersummit.org/FAQ.html>

Aquela declaração contém recomendações precisas sobre fertilizantes, sobre o papel dos fertilizantes na melhoria da produtividade agrícola, do comércio e outros intervenientes. Será que aqueles que se comprometeram com a declaração de Abuja de 2006 irão prestar contas sobre o que está, ou não, a ser feito?

Na prática, para que uma revolução verde possa contribuir para a concretização do objectivo imediato de auto-suficiência alimentar de Moçambique, é preciso que a sociedade moçambicana se capacite a diversos níveis. Mas se a opção for viver à custa da ajuda e da dependência externa, em vez da criação de bases próprias nacionais de prosperidade e protecção social relativamente independentes, para que serve a RVM?

Há várias décadas que a agricultura em Moçambique permanece globalmente inviável e insustentável. As causas são predominantemente políticas e institucionais; são também tecnológicas, mas esta só poderá contribuir se o ambiente institucional se tornar favorável.

O sucesso ou fracasso da Revolução Verde não dependem da boa vontade de entusiastas, animados por qualquer espírito de altruísmo e voluntarismo. Depende da conjugação e correlação de forças entre as instituições, no quadro das alternativas possíveis. Nas actuais condições de supremacia de elites políticas que concentram o poder de decisão nos centros urbanos, a iniciativa, vontade e chance de mudança nas zonas, terá que partir dos próprios urbanos. Isto envolve progressos tecnológicos, mas também avanços institucionais, na gestão, na cultura, formação, práticas profissionais e de investigação.

As evidências disponíveis não permitem concluir que o processo de libertação dos agricultores da armadilha da pobreza, esteja de facto, a ocorrer em Moçambique. Pode ser uma aspiração, ou como sugerem os dados sobre a incidência da pobreza rural, a proporção da população rural pobre pode estar a diminuir. Mas isso deve-se a motivos totalmente diferentes, dos que poderão associar-se à implementação com sucesso de uma revolução verde em Moçambique.

## **5.2. Estamos aqui porque duas famílias ricas ofereceram 150 milhões de US dólares?**

Relacionando os pontos analisados nas secções anteriores, é importante comentar uma observação feita nesta Conferência. Um dos intervenientes afirmou que este encontro surgiu, simplesmente porque duas das famílias mais ricas do mundo, decidiram disponibilizar 150 milhões de US dólares, para uma suposta nova revolução verde em África.

Discordo totalmente desta interpretação e recuso-me a olhar as coisas com tanto cinismo. Ou melhor. Posso entender o cinismo por detrás de tal observação; mas discordo que se reduza a importância de uma conferência como esta, ao anúncio de 150 milhões de dólares. Se aceitarmos passivamente esta banalização, dificilmente chegaremos a bom porto; mesmo que de imediato ninguém saiba ao certo, onde irá desaguar esta nossa navegação intelectual.

A realidade estratégica da nova revolução verde africana caracteriza-se por uma confluência de percepções múltiplas e contraditórias: cepticismo, cinismo ou oposição da parte de uns; optimismo e entusiasmo da parte de outros; gulosos e astutos aproveitadores das oportunidades de financiamento, entre outros; e para além destes, um enorme número de observadores, ausentes, marginalizados e a leste do se passa à sua volta.

De uma coisa podemos estar mais ou menos certos. Voluntários para ajudar as famílias Rockefeller e Gates, a gastarem os milhões dólares que elas próprias não conseguem gastar sozinhas, não faltarão. Uma outra certeza é que, tarde ou cedo, com ou sem ajuda das referidas famílias ricas americanas, o continente africano vai ter que decidir, como ou se irá realmente enfrentar o dilema de não ser capaz de assegurar o seu próprio sustento alimentar.

Será que vamos decidir, assumindo a responsabilidade pelo nosso próprio destino, sem condicionarmos a nossa decisão ao financiamento que eventualmente será mobilizado fora do continente? Ou pelo contrário, optaremos por investir no lema mendigo, já abraçado por alguns, segundo o qual “O que a natureza não dá, o branco que providencie”?

Estamos, portanto, perante um desafio sério e profundo, em termos de equilíbrio entre perspectivas de curto e de longo prazo; interesses de alguns grupos e interesses da sociedade em geral; apostar na autoflagelação, vitimização, ou pior ainda, pedinchice e mendicidade militantes; ou ainda investir na integridade, dignidade e inteligência, bem como na competência, profissionalismo e auto responsabilização pelos fracassos e sucessos?

Duvido que a maioria dos africanos aceite associar-se ao epíteto de militantes pedintes; ou na gíria vulgar, a chamada atitude “chula”. Por isso, para além dos muitos outros benefícios, que uma RV poderá gerar, existe também este motivo muito mais nobre e valioso, do que simplesmente responder ao anúncio de duas famílias muito ricas, que estão prontas a abrir os cordões à bolsa, para uma coisa chamada nova revolução verde africana (NRVA).

Sem desprestígio dos actores que estão já no terreno, a decisão dos promotores da NRVA em não colocar os 150 milhões de dólares à disposição dos muitos candidatos ao consumismo imediato (para alegados alívios à pobreza, emergências, apoios ao orçamento do estado, entre outros), representa um bom precedente. Mas isto, só por si, não será suficiente. Na prática, a NRVA terá de garantir que o financiamento à RVA se concentre no aumento da produtividade agrícola rural, na expansão do sector agrário e de outros sectores directamente relevantes (e.g. investigação aplicada) para a transformação profunda das instituições e da tecnologia no campo.

## 6. Referências Bibliográficas

- Abrahamsson, Hans e Anders Nilsson. 1994. *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu-CEEI-ISRI.
- Abreu, Francisco. 2002. *Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2004. “Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth”. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2001. “An African Success Story: Botswana”. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2003. “Understanding Prosperity and Poverty: Geography, Institutions and the Reversal of Fortune”. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.

- Aghion, Philippe and Beatriz A. de Aghion. 2004. "A New Growth Approach to Poverty Alleviation",
- Arnaldo, Carlos. 2003. Fertility and its Proximate Determinants in Mozambique, Ph.D. Thesis, Australian National University.
- Assembleia da República. 2004. *Constituição da República 2004*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique. <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>.
- Bruce, John W. 2007. "Land Use Rights for Commercial Activities in Mozambique", Nathan Associates Inc., United States Agency for International Development (USAID), [http://www.mozlegal.com/corporate/legislation\\_portal/land\\_legislation](http://www.mozlegal.com/corporate/legislation_portal/land_legislation).
- Camara, Oumou and Ed Heinemann. 2006. "Overview of the Fertilizer Situation in Africa", Background Paper Prepared for the African Fertilizer Summit, June 9-13, 2006 Abuja, [http://www.africafertilizersummit.org/Background\\_Papers/index.html](http://www.africafertilizersummit.org/Background_Papers/index.html).
- Capricon. 1995. Maputo Corridor – Mpumalanga Province's Interpretation of Potential Economic Impact. Prepared for Strategic Planning and Development Unit Office of the Premier, The Province of Mpumalanga. Nelspruit: Capricon Development Specialist.
- Castel-Branco, Carlos N. 1996. "Reflexões sobre a dinamização da economia rural". Mesa Redonda sobre Estratégias para Acelerar o Crescimento Económico em Moçambique, Maputo, <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/DESRURAL.SEM.pdf>.
- CEC (Comité Estratégico de Conselheiros). 2003. Agenda 2025, Visão e Estratégia da Nação 2025. Maputo: Comité Estratégico de Conselheiros. Maputo: YOYOYOYO.
- Conley, Dalton, Gordon C. McCord and Jeffrey D. Sachs. 2007. "Africa's Lagging Demographic Transition: Evidence from Exogenous Impacts of Malaria Ecology and Agricultural Technology". Working Paper 12892, National Bureau of Economic Research, <http://www.nber.org/papers/w12892>.
- Couto, Mia. 2005. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Ndjira.
- Daño, Elenita C. 2007. *Unmasking the New Green Revolution in Africa: Motives, Players and Dynamics*. Penang: The Third World Network.
- Dava, Gabriel, Jan Low e Crisitina. 1998. "Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo", Capítulo 6, in *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)*, Ministério do Plano e Finanças, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI) e Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Dawson, John W. 2007. "The Empirical Institutions-Growth Literature: Is Something Amiss at the Top?", *Econ Journal Watch*, 4, 2: 184-196.
- De Carvalho, José Crespo e José Cruz Filipe. 2006. *Manual de Estratégia: Conceitos Prática e Roteiro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- DNPDR (Direcção Nacional de Planificação e Desenvolvimento Rural). 2006. Estratégia de Desenvolvimento Rural, Draft Novembro 2006, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo (não-publicado).
- FAO (Food and Agriculture Organization). 2006. FaoStat. Food and Agriculture Organization of the United Nations. <http://faostat.fao.org>.

- FAO (Food and Agriculture Organization). 2007. FaoStat. Food and Agriculture Organization of the United Nations. <http://faostat.fao.org>.
- Felipe, Jesus. 2006. "A decade of debate about the sources of growth in East Asia. How much do we know about why some countries grow faster than others". *Estudios de Economia Aplicada*, 24, 1: 181-220.
- Fernandes, António Horta e Francisco Abreu. 2004. *Pensar a Estratégia: do político-militar ao empresarial*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Francisco, António A da Silva e Margarida Paulo. 2006. Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique, Cruzeiro do Sul- Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, Maputo, [http://www.iid.org.mz/impacto\\_da\\_economia\\_informal.pdf](http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf).
- Francisco, António A da Silva. 2002. "Evolução da Economia de Moçambique da Colónia à Transição para a Economia de Mercado", in *Economia Moçambicana Contemporânea*, Cássio Rolim, António S. Francisco, Bruce Bolnick e Per-Ake Andersson (Organizadores). Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, pp. 15-43.
- Francisco, António A da Silva. 2004. "Zambezi Valley Development Strategy: a Business Strategic Programme for Success", document in progress for the Gabinete do Plano e Desenvolvimento do Vale do Zambeze (GPZ) e The Zambezi Valley Spatial Development Initiative.
- Franco, Fernando Leme. 2007. *Perspectiva Estratégica: Uma metodologia para a construção do futuro*, Tese de Ph.D., Rio de Janeiro.
- Guebuza, Armando Emílio 2004b. 'O Meu Compromisso', in *Savana* de 29 de Outubro, pp. 9-11.
- Guebuza, Armando Emílio. 2004a. 'Podemos, Merecemos e Somos Capazes de Ser Ricos', in *Domingo* de 28 de Novembro, pp. 20-21.
- Hardin, Garret. 1968. "The Tragedy of the Commons", *Science*, 162 (1968): 1243-1248, [http://www.garretthardinsociety.org/articles/art\\_tragedy\\_of\\_the\\_commons.html](http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html).
- Hausmann, Ricardo, Dani Rodrik, André Velasco. 2005. "Growth Diagnostic", <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/barcelonafinalmarch2005.pdf>.
- Holt-Gimenez, Eric, Miguel A. Altieri e Peter Rosset. 2006. "Dez Razões pelas quais a Aliança por uma Nova Revolução Verde, promovida pelas Fundações Rockefeller e Bill & Melinda Gates, não resolverá os problemas de pobreza e fome na África Subsaariana. Posição Política de Food First nº 12, <http://www.foodfirst.org/files/pdf/policybriefs/PB12-10ReasonsPortuguese.pdf>.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2002. *Censo Agro-Pecuário 1999-2000: Resultados Definitivos*. Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2004. *Projeções da População Considerando o Impacto do HIV/SIDA*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2006. PIB Regional. [Banco de Dados do PIB www.ine.gov.mz/](http://www.ine.gov.mz/Banco_de_Dados_do_PIB).
- Koch, Richard. 1998. *The 80/20 Principle*. New York: Currency Doubleday.
- Livi-Bacci, Massimo. 1992. *A Concise History of World Population*. Cambridge: Blackwell Publishers.

- Maddison, Angus. 2006. *The World Economy: Volume 1: Millennial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*. Development Centre Studies. Paris: OECD Publishing.
- Mondlane, Eduardo. 1977. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa.
- Moyo, Sam and Paris Yeros. 2006. The Resurgence of Rural Movements under Neoliberalism, <http://www.google.co.mz/search?hl=pt-PT&q=Sam+Moyo+African+Green+revolution&btnG=Pesquisar&lr=>.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2005. Por uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Adequada e Viável para Moçambique (2006-2020). Draft IV, Documento de trabalho não-publicado, Outubro 2005.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2007. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Aprovada pelo Conselho de Ministros em 11 de Setembro de 2007, <http://www.ruralmoc.gov.mz/EDR.htm>.
- Mutangadura, Gladys. 2003. *Land Tenure Systems and Sustainable Development in Southern Africa*. ECA/SA/EGM.Land. 2003. Economic Commission for Africa, Southern Africa Office: Lusaka: United Nations, [http://www.sarpn.org/documents/d0000664/P672-ECA\\_Report.pdf](http://www.sarpn.org/documents/d0000664/P672-ECA_Report.pdf).
- Negrão, José. 2001. *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Coleção Identidades.
- Negrão, José. 2002. *Como Induzir o Desenvolvimento em África? O Caso e Moçambique*. [http://www.iid.org.mz/Como\\_induzir\\_o\\_desenvolvimento\\_em\\_Africa.pdf](http://www.iid.org.mz/Como_induzir_o_desenvolvimento_em_Africa.pdf).
- Newitt, Malyn. 1995. *História de Moçambique*. Mir-Sintra: Publicações Europa-América.
- O'Driscoll, Gerald P., Holmes, Kim R. and O'Grady, Mary Anastasia. 2004. *2004 Index of Economic Freedom*. Washington: The Heritage.
- O'Laughlin, Bridget. 1981. "A Questão Agrária em Moçambique", in *Estudos Moçambicanos* 3, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane: 9-32.
- Osman, Magid. 2003. "Desenvolvimento Económico, Economia de Mercado e as Instituições – Papel do Estado". *O Economista* 3 (Janeiro): 11-35.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2006. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <http://hdrp.undp.org>.
- Porter, Michael E.. 1980. *Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústria e da concorrência*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Porter, Michael. 1996. "O que é estratégia?", Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Grupo Técnico de Planejamento Estratégico, <http://www.pucrs.br/asplam/pe/estrategia.pdf>.
- Presidência do Conselho. 1973. *Projecto do IV Plano de Fomento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rahaman, Abm Ziaur. 2004. "Correlation between green revolution and population growth: revisited in the context of Bangladesh and India". *Asia Affairs*, 26, 3: 41-60, <http://www.cdrb.org/journal/2004/3/2.pdf>.

- Ross, Eric. 1998. *The Malthus Factor: Poverty, Politics and Population in Capitalist Development*. Lodon: Zed Books.
- Schutte, Ig and António Francisco. 2004. “Maputo Development Corridor: Evaluation of First Phase”, a joint project coordinated by António Francisco for the CESO-Mozambique and Ig Schutte for the CSIR. <http://maputo.csir.co.za>.
- Sen, Amartya. 1999. *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Serra, A. M. de Almeida. 1993. Moçambique: da Independência à Actualidade, evolução económica e social, 1975-1990. Colecção Estudos de Desenvolvimento nº 1, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Stage, Ole et. al. 2006. Evaluation of FAO Cooperation in Mozambique 2001-2005, Final Report, Consultants Team, not-published.
- Sulemane, José A. 2002. “Dados Básicos da Economia Moçambicana”, in *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (Organizadores). Porto: Edições Afrontamento, pp. 45-70.
- Todaro, Michale P. 2000. *Economic Development*. Seventh Edition. Harlow: Addison-Wesley.
- Toffler, Alvin e Heidi Tofler. 2006. *A Revolução da Riqueza: Como será criada e como alterará as nossas vidas*. Lisboa: Actual Editora.
- UN (United Nations). 2007. *World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, <http://esa.un.org/unup>.
- UNICEF (The United Nations Children’s Fund). 2006. *Progress fo Children. A Report Card on Nutrition*, 4 May 2006. New York: The United Nations Children’s Fund, [http://www.unicef.pt/18/Progress\\_for\\_Children\\_-\\_No.\\_4.pdf](http://www.unicef.pt/18/Progress_for_Children_-_No._4.pdf).
- Valá, Salim Cipton. 2006. *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflitos e interesses entre o Estado e os Agricultores?* Maputo: PROMÉDIA.
- Wikipedia. 2007. Green Revolution, [http://www.wikipedia.ws/wikipedia/gr/Green\\_revolution.html](http://www.wikipedia.ws/wikipedia/gr/Green_revolution.html).
- Wuyts, Marc. 1981. *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos – UEM. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Wuyts, Marc. 2001. The Agrarian Question in Mozambique’s Transition and Reconstruction, Discussion Paper nº 2001/14, [http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-papers/2001/en\\_GB/dp2001-14/](http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-papers/2001/en_GB/dp2001-14/).